



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - BIOPIRATARIA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0180/05	DATA: 16/3/2005
INÍCIO: 14h58min	TÉRMINO: 17h53min	DURAÇÃO: 02h55min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h29min	PÁGINAS: 50	QUARTOS: 30

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

KILMA RAIMUNDO MANSO - Chefe da Estação Ecológica Raso da Catarina;
SYLVIA MARLENE LUCAS - Pesquisadora do Instituto Butantan, de São Paulo;
ROGÉRIO BERTANI - Pesquisador do Instituto Butantan, de São Paulo

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

A reunião foi suspensa e reaberta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) - Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de animais silvestres e plantas silvestres brasileiras, a exploração e o comércio ilegal de madeira e a biopirataria no País. Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 14ª reunião. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Peço dispensa de leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) - Em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovada. Em razão de problemas técnicos, vamos suspender a sessão por 2 minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) - Dando início aos trabalhos e, em virtude da aprovação do requerimento de autoria dos Deputados Hamilton Casara e Sarney Filho, esta Comissão reúne-se hoje em audiência pública para oitiva das seguintes pessoas: a Sra. Kilma Raimundo Manso, chefe da Estação Ecológica do Raso da Catarina, no Estado da Bahia, a Sra. Sylvia Marlene Lucas, pesquisadora do Instituto Butantan de São Paulo, o Sr. Rogério Bertani, também pesquisador do Instituto Butantan, do Estado de São Paulo.

Convido, para tomar assento à mesa, a Sra. Kilma Manso Raimundo da Rocha. Após sua exposição, ouviremos os Srs. Rogério Bertani e Sylvia Marlene Lucas.

Antes de passar a palavra à expositora, peço a atenção dos presentes para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa. O tempo concedido aos oradores será de 20 minutos. Os Deputados interessados em interpelá-los, deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. Cada Deputado inscrito terá o prazo de 3 minutos para formular suas considerações ou pedido de esclarecimentos, dispondo os expositores de igual tempo para resposta, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo. Esclareço que esta reunião está sendo gravada para transcrição das fitas, e, por isso, solicito que falem ao microfone, declinando nome, quando não anunciado por esta Presidência.

Assim, concedo a palavra à Sra. Kilma Manso Raimundo da Rocha, tendo a mesma o tempo de 20 minutos para sua explanação.



A SRA. KILMA RAIMUNDO MANSO - Boa-tarde a todos. Nossa intenção aqui presente é subsidiar com dados, de acordo com o trabalho que a gente tem desenvolvido não só no IBAMA, como na Polícia Federal, no que concerne ao combate ao tráfico de animais, notadamente na Região Nordeste, onde mais eu tenho atuado. Mas, de algum modo, eu tenho atuado também em outras regiões do Brasil. A nossa idéia é tentar contribuir ao máximo, tanto com fatos da prática que a gente tem trabalhado, como principalmente sugestões para a gente tentar fazer alguma coisa que efetivamente possa atuar no combate ao tráfico, tanto de animais, de plantas e a biopirataria de modo geral. A nossa experiência de trabalho. Trabalhei por 5 anos na Polícia Federal, há quase 1 ano estou à frente da unidade de conservação, no Raso da Catarina, e a gente tem verificado o quanto é complexo, o quanto é amplo todos os mecanismos de atuação, notadamente na questão do tráfico de animais, em especial ênfase na Região Nordeste, o tráfico tanto a nível de mercado interno como especialmente o tráfico internacional de animais. E a gente tem tomado ações que visam tentar obstacular esses mecanismos do tráfico. Só que, infelizmente, a demanda é muito grande. Existe uma demanda de ações muito grande que somente quando, uma vez conjugadas entre os diversos poderes federais, estaduais e municipais, é que a gente possa ter alguma ação mais efetiva, porque, por mais que a gente tente trabalhar, mas de forma isolada, o resultado se torna muito precário. E, de igual modo também, se a gente não fizer alguma coisa que efetivamente a gente altere a legislação no que concerne à questão mesmo da punição das pessoas envolvidas, fica difícil trabalhar, porque, por mais que a gente atue, sempre esbarra numa punição mais severa aos infratores. Isso tem dificultado bastante. Por muitas das vezes que a gente consegue êxito, consegue apreender animais, plantas, enfim, o que seja, para a finalidade que seja tráfico interno, tráfico externo, mas sempre esbarra na questão da legislação. Sempre a legislação se torna um tanto inócua na questão punitiva, fato que, associado ao alto percentual de lucro que os infratores obtém com o tráfico ou de plantas ou de animais, só tem infelizmente estimulado a ação, a perpetuação desse tipo de crime no Brasil. Como já falei para os senhores, se a gente for — tem um mundo de coisa para falar, muita coisa que, de fato, a minha maior intenção é aqui poder contribuir com o pouco que a gente sabe, porque a gente tem trabalhado em campo. De sorte que me ponho muito mais à disposição para perguntas, do que propriamente para explicar de



algum termo específico que, de repente, os senhores tenham intenção de que eu fale. Realmente é um campo muito amplo, é uma área muito extensa. Aí eu preferiria, diria ao Presidente da Mesa, que é muito mais interessante, se, de repente, a gente pudesse interpelar algumas perguntas, para a gente estar questionando, respondendo. Acho que seria bem mais dinâmico, se os senhores desejarem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) - Muito obrigado, Sra. Kilma Manso Raimundo. Entendemos, em que pese a necessidade de termos alguns esclarecimentos, mas como V.Sa. está se colocando à disposição, vamos formular algumas perguntas. Informo a todos que o Presidente Antonio Carlos Mendes Thame se encontra em uma viagem externa a serviço da Câmara dos Deputados, e, da mesma forma, o Deputado Sarney Filho se encontra também em atividades pertinentes aos instrumentos desta Comissão. De tal maneira que os 2 deixaram perguntas formuladas e eu as dividirei com o Deputado Henrique Afonso, lendo as perguntas do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame e do Deputado Sarney Filho.

Passo a palavra neste momento ao Deputado Henrique Afonso, para que S.Exa. faça à Sra. Kilma as perguntas formuladas pelo Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO - Sr. Presidente, quero saudar aqui a Sra. Kilma Raimundo Manso, chefe da Estação Ecológica do Raso da Catarina, no Estado da Bahia.

São as seguintes perguntas: *“Há quanto tempo V.Sa. trabalha na Estação Ecológica do Raso da Catarina? Quais os principais problemas que enfrenta no exercício de sua função? O IBAMA fornece condições materiais de segurança e outras adequadas para o trabalho de V.Sa.? Qual é a situação fundiária atual da Estação? Há algum problema com moradores ou vizinhos, que coloque em risco as espécie protegidas? Existe algum convênio entre o IBAMA e a Polícia Federal, para a repressão à biopirataria e ao tráfico de animais silvestres? Em caso afirmativo, Ele é suficiente para o cumprimento do objetivo? Em que poderia ser melhorado? Em caso negativo, V.Sa. crê que ele poderia ser viabilizado? Em que termos? Na opinião de V.Sa., que atitude o IBAMA e a Polícia Federal deveriam adotar frente as conhecidas rotas de tráfico de animais e ao seu explícito comércio em feiras livres, pet shops, criadouros/zoológicos ilegais e outros locais? O que V.Sa. entende*



deveria ser ajustado, no âmbito das políticas públicas e da legislação no País, para um melhor controle da biopirataria e do tráfico de animais silvestres no Brasil? No caso das políticas públicas, por que o IBAMA não as vem adotando? Quais os principais empecilhos, e como contorná-los? Que opções poderiam ser dadas à população rural pobre que atua no início da cadeia do tráfico, capturando animais silvestres, para que deixe de fazê-lo? Como conscientizar a população brasileira para não adquirir animais silvestres e encorajá-la a denunciar a sua captura, transporte e comércio clandestinos? A implantação e ampla divulgação, que um disque-denúncia, do tipo SOS Fauna Silvestre, não seria uma boa medida? Notícia veiculada no site da ONG Nex dá conta de 246 araras-azuis-de-lear ainda existentes no Raso da Catarina. Outros sites falam em tem cerca de 400 espécimes. Como está a situação atual? O que o IBAMA tem feito para evitar a extinção dessa espécie? Como a ararinha azul é considerada extinta na natureza, mas ainda há cerca de 6 dezenas em cativeiros espalhados pelo mundo, na opinião de V.Sa., não seria o caso do Brasil exigir o seu repatriamento?”.

E a última pergunta: “V.Sa. tem notícias a cerca de pessoas físicas ou jurídicas, incluindo ONGs de fachada, sobre as quais parem suspeitas relacionadas à biopirataria e ao tráfico de animais silvestres no Brasil, e que deveriam ser investigados por esta CPI da Biopirataria?”. V.Sa., se assim o quiser, pode fazê-lo em caráter reservado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) - Com a palavra a senhora Kilma.

A SRA. KILMA RAIMUNDO MANSO - A primeira pergunta, que se refere há quanto tempo eu trabalho na Estação Ecológica: há seis meses, só que à época, quando fui convocada para esta CPI, estava voltando para a Polícia Federal, já não mais trabalho na Estação. Tem mais ou menos um mês que eu saí, fui exonerada, voltei à Polícia Federal, onde sou lotada, trabalho na Divisão de Meio Ambiente. Bom, os principais problemas que eu enfrentava lá no exercício da função, ou por ordem da região, seria o principal problema na região, é o tráfico de animais. Lá na Estação seria a principal área de ocorrência e de reprodução da arara-azul-de-lear. Hoje em dia é um dos animais mais ameaçados do mundo. E a gente sofre uma pressão muito grande do tráfico. As quadrilhas de tráfico aqui do Brasil estão muito



relacionadas com quadrilhas do exterior. E aí é feita toda sorte de artifício, de trabalho, visando à captura dos animais. E hoje em dia tem evoluído muito mais para a captura de órgãos. Então, é um trabalho muito difícil, que a gente tem de tentar lidar. Estou dando um enfoque principal para a arara, que seria a espécie bandeira da unidade de conservação. Mas, com todas as outras espécies, temos o mesmo tipo de problema. Só que, no caso da arara-azul-de-lear, a gente tem áreas imensas onde elas dormem. São os locais de dormitório e de reprodução. E aí fica muito difícil — com a quantidade pequena de funcionários que a gente tem, há todo o suporte de pessoal ou de condições materiais, veículos, etc. — de a gente empreender diuturnamente atividades de fiscalização. Uma vez que hoje é muito mais comum que os traficantes ajam nesses locais, e lá busquem a captura de ovos e filhotes, principalmente nessa época agora, que é o período reprodutivo. De modo geral, internamente, por parte do IBAMA, a gente tem esse tipo de problema. É a dificuldade material e humana de desenvolver trabalhos. Na unidade de conservação, nos 100 mil hectares, só dispunha de 3 funcionários, aonde a gente tinha de trabalhar nessa área imensa tão-somente em um único veículo. Fica difícil, realmente é complicado, é toda sorte de trabalho. Possibilidade, a gente buscou fazer. Mas realmente é muito difícil você atender uma área tão grande, cuja dificuldade de circulação é difícil, o terreno de caatinga é difícil. E para a gente atender com apenas uma viatura e com apenas 3 funcionários, coisa que, como é um animal muito caro e muitas vezes essas quadrilhas, elas não só mexem com tráfico de animais, mas também com tráfico de drogas, atuam em outras áreas criminosas, então muitas vezes o risco de vida desse tipo de trabalho é bem eminente, infelizmente. E aí fica difícil para você atuar. Muitas vezes a gente tinha que atuar sozinho, algumas vezes tinha apoio da polícia, mas nem sempre a gente dispõe para que a toda hora, a qualquer momento, a gente tenha que solicitá-los. Então fica complicado estar sempre atuando, principalmente porque, na maioria das vezes, a época de maior incidência de captura de animais é justamente em finais de semana, em grandes feriados e em períodos noturnos. Então fica realmente difícil e perigoso o trabalho. Por parte da situação de um modo geral, contextualizada, o maior problema que a gente enfrenta é que, na maioria das vezes, ladeiam as unidades de conservação no Brasil situações de extrema pobreza, a população é muito pobre. Então é justamente essa população quem normalmente é



arregimentada pelas quadrilhas de traficantes, quer sejam de animais, quer sejam de plantas, para que eles, com o conhecimento da região, dos animais, façam a captura dos animais e aí repassem para eles. Na verdade, as pessoas são arregimentadas, são cooptadas pelo tráfico, quer seja de plantas ou de animais, ganham valores irrisórios. Só a título de exemplo, lá no Raso da Catarina, as pessoas, quem sobe naqueles paredões onde as araras reproduzem, o faz por 200, 300 reais, para apanhar ovo de arara. A gente sabe que uma arara-azul-de-lear no mercado negro hoje em dia é cotada mais em menos 100 mil dólares. É uma diferença extrema. Ou seja, quem faz continua na mesma situação de miséria e quem compra, quem atravessa isso aí é quem realmente ganha muito com o tráfico. Se o IBAMA fornece condições materiais. Conforme eu disse para os senhores, existem condições, mais ainda infelizmente são muito precárias, Mas eu diria, infelizmente, essa realidade não é só lá. Eu já tive a oportunidade de trabalhar em muitos outros locais, e infelizmente isso aí é uma condição genérica. O ideal seria a gente ter bem melhores condições de trabalho, que com certeza trabalharia se bem melhor. Os resultados seguramente seriam bem mais eficientes. Segurança. Se a gente tem condições de segurança. Conforme falei, é difícil. É muito comum, no trabalho, a gente receber ameaça de morte. Perco de conta a quantidade que me ameaçaram. Isso aí é de praxe no nosso trabalho. Infelizmente, no nosso trabalho, a gente vai contra o interesse, o interesse financeiro de muita gente — muito envolvimento. Outras condições adequadas para o desenvolvimento do trabalho. Eu acho que, de modo geral, a coisa que mais vai permitir, não só o IBAMA, como a Polícia, desenvolver um trabalho efetivo de combate seria a alteração da legislação. Muitas vezes a gente faz trabalhos, que, apesar de toda dificuldade, são trabalhos primorosos, onde a gente tem o êxito de realizar prisões, boas apreensões. Mas aí o traficante, o explorador de madeira ri da nossa cara. Paga uma fiança — quando existe fiança, que a maioria dos casos não tem —, e depois está fora, continua fazendo. Não interfere em nada. Já tive a oportunidade de prender muitos traficantes, inclusive internacionais. E a gente sabe que eles continuam voltando ao Brasil para traficar, continuam agindo do mesmo jeito e nada tem interferido na perpetração novamente de crime por parte dessas pessoas. Porque a lei, infelizmente, do modo que ela é, se torna inócua. Bom, a segunda pergunta: a situação fundiária atual da Estação. Na Estação Ecológica do Raso da Catarina, ela



legalmente está com a situação fundiária completamente legalizada. Só que existe um grande impasse justamente nessa região das araras, na região sul da Estação, aonde um fazendeiro se diz proprietário dessa área. Existe esse problema, desde a época que assumi, de há muito tempo ele perdura. A gente estava tentando ver se conseguíamos resolver, porque é uma situação meio crítica. A gente não pode também chegar de uma hora para outra expulsar uma pessoa, que, pelo menos na região, a figura dele tem impedido a atuação de muito caçador, de muito traficante dentro dessa área. Infelizmente, apesar de não ser uma situação tão correta — mas acho que talvez isso tenha perdurado por tanto tempo —, que é melhor que tenha alguém que pelo menos ajude do que você não ter ninguém e ficar abandonado. Talvez — não sei —, mas se não tivesse a presença dele, a situação das araras estivesse bem pior do que está hoje em dia. Hoje em dia existe na área algo em torno de mais ou menos 500 animais, 500 araras-de-lear. Já teve bem menos. Graças a Deus, o número tem sempre, a cada Censo, aumentado. Graças a Deus. Se há algum problema com moradores ou vizinhos que coloquem em risco as espécies protegidas. Seguramente. Conforme vos falei no item anterior, essa questão é justamente que a maioria das pessoas que está diretamente envolvida com apanha, com a caça, a caça mesmo predatória, ou mesmo a caça de subsistência, na maioria das vezes são pessoas que moram na região do entorno, que a gente chama, nas proximidades da unidade, quer seja porque conhecem, quer seja porque sabem os locais de existência dos animais, quer seja porque elas se tornam as primeiras pessoas a serem contactadas na hora que vem alguém de fora, querendo arregimentar para a apanha, para a caça, para alguma coisa desse tipo. Pergunta se existe algum convênio entre o IBAMA e a Polícia Federal para repressão à biopirataria e ao tráfico de animais silvestres. Existe, sim. A gente tem trabalhado junto ao IBAMA e à Polícia. A gente tem trabalhado junto, não só efetivamente em ações, mas também na troca de informações. Muitas vezes alguns trabalhos — aliás, a maioria deles — exigem um trabalho de investigação, de inteligência policial. A gente, por parte do IBAMA, repassa. Muitas vezes também, por parte da Polícia, chega alguma informação e repassa para o IBAMA. Então, essa parceria tem dado certo. Muitas dessas prisões que a gente tem feito têm sido em trabalho de parceria. Acho que a parceria é o melhor dos empenhos que a gente pode ter para realmente somar forças e tentar alavancar resultados. Se esse



convênio, se esse trabalho é suficiente para o cumprimento do objetivo. Conforme tenho falado, por mais que a gente se empenhe, por mais que a gente tenha trabalhado, junto ou ainda em parceria com outras polícias, com outras instituições, ainda assim tudo isso aí, esse trabalho, a gente termina esbarrando na falta de eficiência — como podemos chamar — mais punitiva da lei. Então, sobre a questão da perseguição penal, a lei se torna um tanto quanto inócua, porque a pessoa que é presa, na maioria das vezes, hoje em dia, principalmente na questão de fauna silvestre, ela não fica presa. Ela nem ao menos paga fiança. E aí ela continua fazendo. No caso, como a gente já prendeu aqui várias vezes estrangeiros envolvidos com crime, pessoas que vêm efetivamente para o Brasil só para pilhar nossa fauna, nossa flora, nossa biodiversidade, elas não são presas. Saem do Brasil, voltam novamente e continuam vindo. O que a gente pode fazer? O máximo que a gente tem feito, por parte da Polícia Federal, é colocar nos nossos sistemas, para quando essas pessoas adentrarem novamente o Brasil — a maioria delas é europeu. O europeu não precisa de visto — a maioria dos países da Europa — para entrar como turista no Brasil. Então eles vêm normalmente, conseguem entrar no Brasil e continuam pilhando. Se cair de novo, continua do mesmo jeito. Ou seja, verdadeiramente não existe uma repressão efetiva por parte da legislação que cause algum impedimento, que a pessoa realmente tenha medo de fazer. Isso com o estrangeiro. Com o brasileiro, idem. Também não teria nenhum problema. E hoje em dia está sendo muito comum também a questão da utilização de laranjas, pessoas que abrem empresas com nome de fachada, principalmente na questão de trabalho no tráfico de madeira. Eles têm feito muito isso, e também não tem dado resultado. O que poderia ser melhorado. Na minha opinião, acho que o maior passo que o trabalho da gente pode fazer é a gente fazer alguma coisa que efetivamente altere a legislação, para que possa, aí sim, com a legislação alterada, de modo a reprimir de forma eficiente a persecução desse tipo de crime, desses tipos de delitos. Aí sim, a gente vai poder ter meios efetivos de efetuar prisões. E, com elas, a gente vai poder saber que as pessoas vão ser devidamente punidas. E aí vai intimidar a ocorrência de novos delitos. *“Na opinião de V.Sa., que atitude o IBAMA e a Polícia Federal deveriam adotar frente às conhecidas rotas de tráfico de animais e ao seu explícito comércio em feiras livres, pet shops, criadouros ilegais e outros locais?”* Bem, uma das grandes problemáticas hoje em dia de todo o setor público,



em especial IBAMA e Polícia Federal, é a pequena disponibilidade de efetivo. Então a gente lida com uma demanda, principalmente no que concerne à questão de tráfico, a demanda no Brasil é muito grande. Existem rotas que a gente sabe, no Norte ao Sul, imensas, rotas muito fortes de tráfico. Por mais que a gente atue, mesmo assim é um exército — são milhares de pessoas atuando diariamente —, fica muito difícil a gente centrar ações, como fazer determinada rota —por exemplo, a conhecida rota da BR-116. A gente vai estar lá todo dia fazendo barreira, todo dia apreendendo animais. Se fizer isso todo dia, todo dia vai ter prisão. Então, o problema é muito mais grave. Se essas pessoas estão vendendo, é porque existem locais de onde elas retiram e existem, principalmente, centros de receptação. Então a gente procura trabalhar mais no grosso do tráfico, ou seja, trabalhar nessas receptoras, nessas pessoas que efetivamente têm receptado grandes quantidades de animais, que atuam na distribuição. E estas, sim, são as pessoas que mais se beneficiam e que cujo trabalho, cuja ação mais tem sido lesiva ao meio ambiente, tanto na parte de animais como na de plantas também. É o foco do nosso trabalho. E, uma vez que a gente detecta alguma pessoa jurídica, alguma coisa de maior monta envolvendo pessoa jurídica, a gente procura também centrar esforços em cima, porque se torna um pouco mais efetiva a questão da punição com pessoa jurídica, já que pessoa física é um pouco mais difícil. A quinta pergunta: “*O que V.Sa. entende que deveria ser ajustado no âmbito das políticas públicas e da legislação no País para um melhor controle da biopirataria e do tráfico de animais silvestres no Brasil?*”. Conforme já havia falado, eu acredito que a melhor ação que a CPI pode dar é justamente apontar para uma alteração na legislação, na Lei nº 9.605, não tanto no corpo da lei, mas, sim, na questão penal mesmo, nas penas. Elas, sim, têm de ser penas que permitam à polícia, permitam aos mecanismos de investigação, a gente poder efetuar trabalho. Então, para a maioria desse tipo de delitos da Lei nº 9.605 não se permite, por exemplo, o uso de grampo. Então, muitas vezes, a gente não pode utilizar grampo telefônico em pessoas que a gente sabe que tem atuação muito forte. Então, a gente procura usar outros argumentos, puxar outras legislações, como, por exemplo, formação de quadrilha, para tentar grampear traficante, fazer algum tipo de coisa, para que a gente tenha mais meios de atuação. Porque é muito difícil hoje em dia você tentar conseguir fazer um flagrante sem usar nos meios que a legislação proporciona, justamente porque a Lei nº 9.605 é muito



branda nas penas. Então, a maioria delas não permite fazer flagrante, não permite utilizar grampos. Isso fica muito difícil para o trabalho policial. Se é difícil para o trabalho policial, é difícil para a obtenção de resultado. Infelizmente, isso tudo só tem contribuído que cada vez mais se aumente esse problema e que essas quadrilhas tenham atuado, cada vez mais, de modo mais organizado e, infelizmente, cada vez mais, depauperando mais o nosso meio ambiente, especialmente a fauna. Hoje em dia, a fauna tem sido assim foco muito forte dessas quadrilhas. Elas têm atuado sobremaneira, de uma forma muito intensa, justamente por isso: se beneficiam da “brandeza”, da falta de rigor da legislação. No caso de políticas públicas, por que o IBAMA não as vêm adotando? Bom, quanto essa questão da política pública, o que o IBAMA tem adotado hoje em dia, as políticas que o IBAMA tem adotado de um modo geral são eficientes. No meu entender, eu só vejo a grande dificuldade é a falta de efetivo, a falta de condições materiais, para a gente realmente fica muito difícil. Então, já tive oportunidade de trabalhar aqui numa reserva biológica, no Amazonas, do Abufari, eram 600 mil hectares. Na época em que eu estava trabalhando, só tinha um funcionário do IBAMA. Então, numa área de 600 mil hectares, uma área para onde você se desloca tem de ser de barco, então, a gente trabalhou numa operação e foram 15 dias de deslocamento, 24 horas de barco. E a estação mesmo só contava com uma funcionária. É difícil. Então, fica numa situação que, a qualquer momento, se tiver de acontecer qualquer coisa má, acontece e ninguém nem ao menos fica sabendo. É difícil, é muito complicado. Então, acho que as políticas públicas são bem elaboradas. Acho que só precisa de maiores recursos, de meios, para que elas sejam efetivamente implementadas. De pouco adianta a gente ter políticas eficientes se o meio de implementação, infelizmente, está dificultado pela falta de gente, pela capacitação de pessoal ou principalmente, ainda, pela falta de meios. Isso é o que tem mais acontecido no caso do nosso trabalho. Bom, os empecilhos é isso que estava falando para vocês. Como a gente poderia contornar? De um modo geral, para contornar esse tipo de problema, ter uma melhor alocação de recursos. Eu acho que alocar mais recursos para onde existem realmente os maiores problemas. Alocar também de um modo mais efetivo, porque não adianta também de repente a gente ter uma alocação de recurso, de uma hora para outra muito recurso para uma determinada situação onde a gente sabe que efetivamente aquilo não seria tão necessário, coisa que para outras situações não



existe. Então, realmente, alocar recursos na quantidade necessária e nos locais realmente necessários. Isso é que é interessante. Bom, a sexta pergunta: *“Que opções poderiam ser dadas à população rural pobre que atua no início da cadeia do tráfico, capturando animais silvestres, para deixar de fazê-lo?”*. Bom, gente, é um problema muito grave, mas acho que a primeira opção que a gente pode dar, pode tentar trabalhar, é integrado. Eu entendo o problema, principalmente no caso do tráfico, como também da droga, como também o problema do tráfico de madeira, enfim, todos os problemas são problemas sociais muito graves, mas acho que a primeira opção que a gente pode dar, pode tentar trabalhar, é integrado. Então, na unidade de conservação, quando eu estava à frente, eu buscava, junto com instituições parceiras, como SEBRAE, como universidades, tentar desenvolver projetos de pesquisas, projetos de extensão, visando a dar melhor condição de vida, de trabalho, às populações do entorno, às populações locais. Então, tentando viabilizar programas de artesanato, tentando viabilizar programas de turismo rural, enfim, todas e quaisquer possibilidades econômicas, mas desde que tenham viabilidade econômica — porque também não adianta a gente chegar com um projeto que não tem viabilidade econômica, aquele projeto não se auto-sustenta. Então, alguma coisa realmente que tenha viabilidade econômica para dar realmente condições de sustentação para aquelas populações, para que elas tenham outra condição de vida, de sobrevivência, que não ter que estar utilizando, ter que estar extraindo recursos do meio ambiente de forma ilegal. Sétima pergunta: *“Como conscientizar a população brasileira para não adquirir animais silvestres e encorajá-la a denunciar sua captura, transporte e comércios clandestinos?”*. Bom, a consciência da população é um trabalho que demanda muito esforço por parte não só do IBAMA, como também de instituições parceiras, que seriam universidades, ONGs, outras instituições de pesquisa. Enfim, acho que esse é um problema muito sério. No Brasil, hoje em dia, estima-se que cerca de um quinto de todo quantitativo de animais silvestres que é comercializado ilegalmente no mundo provém do Brasil, então, é uma quantidade muito grande. A gente pode dizer, sem sombra de dúvida, que o Brasil lidera a *ranking* da quantidade de animais que é inserido ilegalmente no tráfico. Então, esse problema é muito sério para que só se cobre do IBAMA esse problema da conscientização da população. Então, eu acho que outras instituições devem também tomar para si esse problema e a gente tentar trabalhar junto com as



escolas, junto com as universidades, enfim, com o público de um modo geral tentando viabilizar isso, para que as pessoas, por opção... Porque acho que o problema a gente só vai verdadeiramente diminuir, não digo acabar, mas pelo menos diminuir, a partir do momento em que a gente conscientize as pessoas sobre o grande problema que é o tráfico de animais, não só para os animais, mas como para o meio ambiente de um modo geral. Acho que, a partir do momento em que as pessoas tiveram essa consciência, aí, sim, por opção as pessoas não irão adquirir. Eu acho que o trabalho de educação ambiental tem de ser bem fortalecido. *“A implantação e ampla divulgação de um disque-denúncia, tipo SOS Fauna Silvestre, não seria uma boa medida?”* Com certeza, gente, agora já existe um trabalho no IBAMA, chamado linha verde, um trabalho muito bom. As pessoas têm denunciado, denunciam sempre e o que mais precisa é isso. Agora, o que desencoraja muitas vezes as pessoas a denunciarem é que, para as pessoas que são um pouco leigas da legislação, elas denunciam e imaginam *“Não, vai lá, vem o IBAMA, vem a polícia, vem pegar a pessoa, ela vai ser presa”*. E realmente desestimula elas saberem que a pessoa não ficou presa, não responde a nada, continua fazendo o mesmo tipo de delito. Então, isso é o que tem desencorajado muito as pessoas a denunciarem, porque a gente sabe que quem denuncia muitas vezes se arrisca, se expõe, e desencoraja ela saber que, mesmo a denúncia dela sendo atendida, muito de pouco valeu, porque a legislação, mais uma vez, como falei, se torna inócua, muitas das vezes não chega a finalizar o problema. A oitava questão: *“Notícia veiculada no site da ONG Nex — No EXTinction — dá conta de 246 araras-azuis-de-lear ainda existentes no Raso da Catarina. Outros sites falam em cerca de 400 espécimes. Como está a situação atual? O que o IBAMA tem feito para evitar a extinção dessa espécie?”*. Bom, gente, conforme falei, no último Censo da arara-de-lear que participei tinham somando, acredito que tem uns 2 meses, 489, algo em torno de 500 araras-de-lear. Então, graças a Deus, a situação está bem melhor. Essas 246 já tem muito tempo que foi esse número, mas, infelizmente, essa questão do aumento do quantitativo de animais não se deve, infelizmente, somente, vamos dizer, à questão do aumento da população. Mas, na maioria das vezes, é a gente que está melhorando mais o método de contagem. Então, o método está se tornando cada vez mais acurado e a gente está conseguindo fazer contagem de mais locais de dormitório e aí está conseguindo simultaneamente contar em mais locais ao mesmo



tempo. E aí a contagem está sendo mais apurada e a gente está conseguindo contar mais indivíduos. Infelizmente, eu não diria que a população é que tem aumentado tanto, até porque a gente sabe que a pressão do tráfico tem mais é aumentado. O que o IBAMA tem feito para evitar a extinção dessa espécie? No que concerne à unidade de conservação, o nosso foco principal é a proteção da arara, mas conforme eu havia falado, é muito pouca gente, é muito pouco efetivo para a quantidade do trabalho. Então, o que nós temos? Nós temos também buscado apoio de parcerias com as Polícias e também buscado apoio de operações de fiscalização, tentando sistematizar mais a fiscalização para tentar implementar outras ações, não só na unidade, mas também junto a essas quadrilhas que atuam no tráfico da arara, especializadas no tráfico da arara-de-lear. A nona questão: “Como a ararinha azul é considerada extinta na natureza, mas ainda há cerca de 6 dezenas em cativeiros espalhados pelo mundo? Na opinião de V.Sa., não seria o caso de o Brasil exigir o seu repatriamento?” É, no caso da ararinha azul, toda a população da ararinha azul, hoje em dia, a que está fora do Brasil se encontra no Catar. Tem um sheik no Catar que comprou todos os animais que estavam principalmente nas Filipinas e na Suíça. Elas se encontram todas reunidas e a informação que a gente tem é que ele está colocando todos esses animais à disposição para um programa de tentar reintroduzir esses animais na natureza. Acredito que ele tenha algo em torno de 60 unidades delas. Todas as que tinham no mundo ele comprou, estão todas com ele. Todas saíram ilegalmente do Brasil. E se “seria o caso de o Brasil exigir o seu repatriamento”. Eu aí não sei como ficaria essa situação, porque eu não sei se o Catar é signatário da Convenção CITES. Aí eu não sei como ficaria essa situação, mas eu acho que seria mais do que justo, já que todos esses animais saíram ilegalmente do Brasil, nenhum deles saiu de modo legal, até porque o seu comércio é proibido, todos eles saíram ilegalmente, ela hoje em dia é extinta na natureza, só existem alguns animais aqui em zoológicos no Brasil e os demais estão todos no Catar. A décima questão: “V.Sa. tem notícias acerca de pessoas físicas ou jurídicas, incluindo homens de fachada, sobre as quais parem suspeitas relacionadas à biopirataria e ao tráfico de animais silvestres no Brasil e que deveriam ser investigadas por esta CPI? V.Sa., se assim o quiser, pode fazer em caráter reservado”. É, infelizmente a gente sabe, existem assim grandes suspeitas em relação a diversas ONGs, a muitas empresas, mas aí eu preferiria fazer reservado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) - Agradecemos inicialmente à Dra. Kilma e permitiremos que as respostas possam ser feitas em caráter sigiloso.

Dando continuidade, vamos fazer algumas perguntas à Dra. Kilma e, em seguida, o Deputado Henrique Afonso fará as perguntas do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. Inicialmente, farei essas perguntas porque sairei para outra atividade pertinente a esta Comissão e é o tempo em que repassarei também, após as perguntas, a Presidência ao Deputado Henrique Afonso.

Convido o Deputado Dr. Rosinha para assumir a Relatoria após as perguntas.

Primeira pergunta: quanto tempo V.Sa. passou dirigindo a Estação Ecológica do Raso da Catarina? A segunda: qual ação integrada da União, Estados e Municípios foi realizada nesta região com fins de se contrapor ao tráfico junto às comunidades de entorno? Terceira pergunta: caso queria responder a esta pergunta em caráter sigiloso, também poderá fazê-lo. Caso tenha conhecimento concreto de tráfico de animais, de madeira, de genomas que devem ser investigados, poderá responder a esta pergunta em caráter sigiloso se assim o quiser. Quarta pergunta: V.Sa. conhece alguma conexão interestadual? V.Sa. já citou aqui o caso da BR-116 e se tiver outro caso, poderá fazer em sigilo também. E se V.Sa. conhece também alguma conexão internacional, também poderá fazê-lo em sigilo. Outra pergunta: qual o orçamento de que V.Sa. dispôs durante o período em que esteve à frente da Estação Ecológica do Raso da Catarina, considerando que é uma unidade de avançado nível de proteção ambiental e detém espécimes raras? Uma outra pergunta, se for possível responder agora, senão poderá responder por escrito, tendo prazo de uma semana para responder. Pergunto: quais os motivos que levaram à sua exoneração da estação? Foi, por acaso, excesso de zelo? Uma outra pergunta: quais os nomes dos traficantes que foram detidos ou qualificados em flagrante citado na sua fala? A última pergunta: qual o nome do fazendeiro que está em litígio com a reservar Raso da Catarina?

Neste momento, peço licença e passo a Presidência dos trabalhos ao Deputado Henrique Afonso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - Agradecemos a presença do Deputado Hamilton Casara, que presidiu esta sessão até agora. Passaremos



também as perguntas da Presidência, para fazer em bloco, e você responde e, em seguida, as perguntas do Deputado Hamilton Casara e as do Presidente.

Sra. Kilma, o delegado da Polícia Federal, Dr. Jorge Barbosa Pontes, destacou nesta CPI que há fortes indícios de que funcionários públicos de alguns órgãos federais poderiam estar envolvidos com o crime organizado, notadamente servindo de correia de transmissão ao tráfico de madeiras, animais e genomas. A senhora tem conhecimento de alguma pessoa física ou jurídica, incluindo autoridades governamentais, que estão contribuindo de forma direta ou passiva para a prática de crimes contra a nossa biodiversidade que deveriam ser chamadas para depor em audiência pública nesta CPI? Segunda questão: estima-se que, no Brasil, mais de 100 milhões de hectares de terras públicas estão sob suspeita de terem sido griladas. Essa área equivale a quatro vezes o território do Estado de São Paulo e corresponde à área da América Central. Esse assalto ao patrimônio público acaba potencializando os casos de biopirataria. A última CPI sobre grilagem ocorrida nesta Casa revelou que fazem parte dessas quadrilhas magistrados, políticos, ONGs, funcionários públicos e cartorários. Quais os casos concretos de tráfico de animais, madeira e genomas que deveriam ser investigados por esta CPI?

Com a palavra a Sra. Kilma.

A SRA. KILMA RAIMUNDO MANSO - Bom, no que se refere a essa primeira pergunta, que há fortes indícios de que funcionários de órgãos federais estariam envolvidos com o crime organizado, servindo de correia de transmissão ao tráfico de madeira, animais e genomas, pergunta se eu tenho conhecimento de alguma pessoa física ou jurídica. O que existe é o seguinte: a gente tem assim muitos o que a gente pode chamar de indícios, mas verdadeiramente todas aquelas informações que a gente recebe a gente procura passar para setores de investigação, para realmente confirmar ou não o envolvimento, para que a gente não incorra no erro de divulgar nomes de pessoas ou de empresas, enfim, ONGs, ou o que seja, sem que tenha realmente feita alguma investigação prévia, sem que a gente possa realmente ter algo comprobatório e não incorrer em risco de acusar indevidamente alguma pessoa. No momento, a gente não pode, assim, citar. Eu preferiria não citar nomes para a gente não incorrer no risco de estar sendo injusto ou... Eu prefiro pecar por excesso de zelo e apenas dizer assim, quando souber, de pessoas que realmente a gente saiba verdadeiramente que tem indícios e tenha prova para fazê-lo. No



momento, existem algumas suspeições, tem denúncias, mas nada que a gente em si até então tenha comprovado. A segunda pergunta. “Estima-se que no Brasil mais de 100 milhões de hectares de terras públicas estão sob suspeita de terem sido griladas. Essa área equivale a 4 vezes o Estado de São Paulo e corresponde à América Central. Esse assalto ao patrimônio público acaba potencializando os casos de biopirataria. A última CPI sobre grilagem ocorrida nesta Casa revelou que fazem parte dessas quadrilhas magistrados, políticos, ONGs, funcionários públicos e cartorários. Quais os casos concretos de tráfico de animais, madeiras e genomas que deveriam ser investigados por esta CPI?” Mais uma vez, conforme eu havia falado, eu passei um tempo gerindo a unidade de conservação, me afastei um pouco dos trabalhos de investigação aqui da Polícia. A gente pode adentrar mais nessas investigações, ver o que é que está sendo efetivamente investigado, que a gente tenha fundamentos legais e aí pode repassar isso aqui para vocês. No momento eu não tenho nomes, mas posso verificar o que a gente dispõe na divisão de meio ambiente. Isso aqui a gente pode repassar para vocês, esses casos concretos que têm sido efetivamente feitos. Alguns a gente vê difundidos aí na mídia, mas especificamente ligado a essa questão de genoma e de madeira eu peço aos senhores para averiguar e aí poderei trazer posteriormente alguns dados mais concretos relativos à atuação dessas quadrilhas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - Só esclarecendo que esta CPI não carece, no momento, de provas. Se há algum indício, você pode apresentar reservadamente para esta CPI. E também as perguntas do Deputado Hamilton Casara.

O SR. KILMA RAIMUNDO MANSO - Pois não. O Deputado Hamilton Casara questionou com relação a quanto tempo eu estive na chefia da unidade. Foram oito meses. Eu assumi a unidade em junho, saí agora no final de fevereiro. A segunda pergunta que ele fez: “Qual a ação integrada realizada na região relativo ao tráfico nas comunidades de entorno”. O que a gente tinha trabalhado, conforme eu falei aos senhores, essa ação integrada muito mais a título de fiscalização. O que a gente tentou buscar, eu tentei buscar junto ao SEBRAE, às universidades foi o desenvolvimento de estratégias de... algum trabalho economicamente sustentável, como, por exemplo, o desenvolvimento de ações de artesanato, já que naquela região é muito comum a produção de artesanato de rede, artesanato de palha, etc.,



pedra — eles utilizam, fazem muito artesanato muito bonito. E a gente tentar, via SEBRAE e outras instituições públicas, universidades também, desenvolver atividades outras que permitam a essas pessoas terem outras fontes de renda que não a busca por recursos naturais que se tornam os últimos recursos para essas populações como forma de sobrevivência. Então, é como eu digo, é muito fácil para a gente, de repente, falar em conservação. Quando a gente está lá, a gente se depara com situações, como eu já vi pessoas infelizmente matarem um animal, como a arara-de-lear, para comer porque estão em casa os filhos morrendo de fome. Utilizar um animal desse para comer. Eu já vi situação dessa, infelizmente. Então, se for tirar o preço, vamos mensurar preço, que eu não gosto, mas, vamos dizer, um animal de 100 mil dólares você matar porque não tem nada para comer no almoço, que é o que vai dar lá para os filhos. Então, é difícil. Por mais que você fale, por mais que ele entenda, mas são essas pessoas que estão passando fome, que estão passando por necessidade. Então, é muito complicado, se você não... junto com o trabalho de educação ambiental, com outro tipo de trabalho, você também não der suporte, não der condições para essas pessoas. Então, atualmente, é um outro problema que se enfrenta na região, porque em certas épocas do ano, no caso das araras, existe uma oferta grande de alimentos na vegetação nativa da caatinga, mas, em outras épocas, o alimento é muito escasso. Então, as araras vão nas propriedades rurais em busca de alimento, principalmente milho; então, atacam as plantações de milho. Então, as pessoas ficam matando as araras porque elas estão lá comendo o milho. Então, a gente tenta buscar junto com os produtores rurais compensar essas perdas, dando de volta o milho que as araras comeram, alguma coisa desse tipo, porque infelizmente é a realidade. Infelizmente, é o homem matando o animal ou capturando o animal para que ele não morra. Infelizmente, é a situação não só de lá como de muitas outras regiões. Então, a partir do momento em que a gente tenta fazer um trabalho integrado, o que a gente vislumbrava fazer era esse, de tentar associar outras instituições. Estávamos tentando ver com as universidades trabalhos de criação racional de animais silvestres, tipo o caititu, que existe na região, que é um tipo de porco do mato e outros animais, com a finalidade comercial, para que esses animais sejam criados e sejam comercializados e já sirvam de fonte de renda para as populações do entorno. Foi questionado, a terceira pergunta sobre conexões interestaduais e internacionais de tráfico. Lá na região tem



inúmeras. Citei essa da BR-116, mas existem grandes conexões, principalmente, que seriam os principais pólos de receptação de animais, que são quadrilhas que estão sediadas nas cidades de Petrolina, Juazeiro e Cipó, na Bahia. E essas quadrilhas têm atuado, receptam animais não só dessa região como de várias regiões do Brasil e de lá elas principalmente abastecem o mercado do Sul e Sudeste brasileiro e principalmente para fora do Brasil, a ponto de existir uma conexão internacional, que a gente chama conexão Cipó—Uruguaiana. Cipó é uma cidade da Bahia e Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, onde os animais são levados, passam para a Argentina, são lavados, ou seja, adquirem uma faixa de legalidade na Argentina e de lá muitos deles são exportados legalmente para o resto do mundo. Então, é uma conexão muito forte e tem uma atuação muito grande naquela região. Seria essa aí. E várias outras. A gente vê, a partir do momento em que a gente apreende traficantes, nas agendas — esse é o maior termômetro do tráfico — as anotações que eles têm. Então, é muito comum hoje em dia, você apreende um traficante, contatos do Brasil inteiro, contatos de fora do Brasil, porque eles não atuam mais em uma só região. Hoje em dia, o tráfico, principalmente o tráfico de animais, tem o caráter muito forte da sazonalidade. Então, o pessoal que trabalha com ovos, nessa época do ano, todos estão concentrados no Nordeste, porque essa época é de reprodução justamente de aves no Nordeste. Daqui a um tempo, começa a época de reprodução no Centro-Oeste; depois eles vão para o Norte, depois vão para o Sul do Brasil, para o Sudeste e assim ficam. Atuam em todas as Regiões do Brasil de acordo com a sazonalidade de animais. Já tive a oportunidade de prender um traficante internacional e nas anotações dele ele citava, por incrível que pareça, espécie tal, a época de ocorrência e o local de ocorrência da espécie. Então, papagaio tal, Curitiba, fulano de tal que fornece de setembro a outubro. Era isso. Espécie tal, Amazonas, fulano que fornece de janeiro a fevereiro e aí vai. É assim que eles estão trabalhando. Então, existe uma dinâmica muito grande. Então, todos eles, atualmente, praticamente todos eles estão atuando — isso eu falo dos principais, os grandes traficantes — em todas as regiões do Brasil. Então, não raro, um traficante de Pernambuco cai no Mato Grosso, cai no Amazonas, cai no Rio Grande do Sul. Isso tem acontecido demais, porque a principal característica do tráfico de animais que a gente vê é a questão da inter-regionalidade. Então, um animal, por exemplo, um papagaio moleiro lá no Amazonas, ele é barato lá, é 50



reais, ao passo que no Sudeste já custa 2, 3, 5 mil reais. Então, da mesma forma que um animal do Sul é muito caro na Região Norte, é muito caro no exterior. Então, é muito interessante para eles adquirir animais de outras regiões e comercializá-los principalmente no eixo Sul—Sudeste ou enviar para o exterior. A proporção de ganho de valores é muito grande. Então, um papagaio, uma aratinga, que são essas jandaias pequenas, lá no Nordeste, em qualquer feira, uma aratinga daquelas, aqueles papagaiozinhos são vendidos por 1 ou 2 reais em uma feira, coisa que em São Paulo vai por 200, 300; na Europa vai por mil dólares. Então, o percentual de ganho é muito grande. Ninguém tem interesse em comprar e vender lá mesmo. O percentual de lucro seria muito pequeno. O interesse que tem é com o transporte. Então, nessas conexões que eu falei para vocês, a gente tem as principais vias de escoamento que seriam as BRs. No caso, Bahia e Minas Gerais são 2 Estados de extrema importância na questão do tráfico no Brasil, porque eles servem como, não só locais de apanha, mas principalmente como corredores de transporte e de depósito, somente em Minas Gerais. E aí esses Estados são cortados por essas BRs, principalmente a 116, a 101 e a 407. Desce muita carga por essas BRs, mas nas outras também. O pessoal tem atuado bastante por todas essas rotas, principalmente nas que desencadeiam no eixo Rio—São Paulo, que é onde estão as principais quadrilhas de distribuição. Bom, no que concerne ao orçamento, nesses 8 meses em que eu trabalhei na Unidade de Conservação, todo o orçamento que eu dispus para trabalhar foi algo em torno de 12, 13 mil reais somente, coisa de mil e mil e poucos reais por mês, infelizmente, numa área dessa, com um importância dessa, um orçamento infelizmente muito pequeno. Então, o orçamento para você cobrir demanda de veículo, de viatura, diária, passagem é brincadeira. Então, muitas vezes a gente trabalha, a maioria das vezes, com a menor estrutura, tirando de onde não tem, porque infelizmente com parcerias, porque infelizmente o nosso orçamento é muito pequeno. O Deputado Casara me perguntou sobre o motivo da exoneração. Eu saí porque eu fui reconvocada para Polícia Federal, porque a gente está tentando empreender, tentando alavancar mais o trabalho de meio ambiente na Polícia Federal. A Coordenação de Meio Ambiente, a Divisão do Meio Ambiente é um tanto nova na Polícia Federal. E a í pediram para mim voltar para tentar alavancar os trabalhos. E principalmente a gente está tentando fazer alguns trabalhos na região lá do Nordeste, notadamente no Raso da Catarina. A gente está



tentando fazer a criação de um Centro de Treinamento, na área de meio do ambiente, que tanto ajudaria na prevenção desses crimes de tráfico de tudo que ocorrem lá dentro e principalmente para tentar capacitar tanto o efetivo do IBAMA, da Polícia Federal, como de outras polícias, para ficar melhor qualificado a trabalhar no bioma caatinga, em especial, nos trabalhos de meio ambiente. A nossa intenção na criação desse Centro de Treinamento é com essa finalidade. E ele havia perguntado sobre o nome do fazendeiro que tem esse problema, é o Sr. Otávio Nolasco de Farias. Ele é proprietário de muitas fazendas na região e ele diz que... ele alega para pessoas que ele não foi devidamente indenizado por essas terras. Mas, pelo que consta na documentação do IBAMA, toda a unidade de conservação, toda a reserva Raso da Catarina está legalmente, a situação fundiária está toda legalizada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - Estamos realizando a exposição da Sra. Kilma Raimundo Manso, Chefe da Estação Ecológica do Raso da Catarina, no Estado da Bahia.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Vou fazer algumas perguntas, Sra. Kilma. E se não der para responder agora, depois vai ter a reservada. E faço ela agora, porque momento da reservada, por problema estritamente pessoal, talvez eu não esteja aqui.

Foi dito, durante a resposta a algumas perguntas, que algumas pessoas ou algumas quadrilhas continuam pilhando de uma maneira recorrente. O cidadão é preso e continua pilhando. Consegue identificar alguém para nos dar o nome ou dos representantes das quadrilhas ou das pessoas físicas que fazem isso? Primeira pergunta. Se não der para responder de público, depois no reservado. A segunda questão, foi dito pela senhora mesmo que chegou a prender traficantes internacionais. Então, dentro dessas quadrilhas, é lógico que há uma interseção nacional e internacional. Nenhuma quadrilha para roubar qualquer animal para vender aqui dentro do País ela não tem razão, porque ela vai ganhar é muito pouco. Então, a identificação desses traficantes. Chegou a prender. Como nós podemos obter, por exemplo, o depoimento? Acho que é importante que nós tenhamos o depoimento desses traficantes, porque eles são presos, eles vão dar depoimento. A polícia investiga. E era importante, então, para nós, Presidente, fazer requerimento



desses depoimentos, ou caso a senhora que não tenha condições, já que ela mesma prendeu, seria interessante nós termos isso em mãos, porque pode nos dar um caminho de investigação. São essas duas questões por hora.

A SRA. KILMA RAIMUNDO MANSO - Pois não, Deputado. A primeira questão que o senhor falou... O senhor desculpa, eu lembro dessa última.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Pessoas que pilham de uma maneira recorrente.

A SRA. KILMA RAIMUNDO MANSO - Com certeza.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E continuam e vão presos. Se pode nos dar o nome dos quadrilheiros assim de público ou precisa de tempo ou vai nos dar na reunião reservada.

A SRA. KILMA RAIMUNDO MANSO - Olha, Deputado, veja bem, são muitos, são muitas pessoas. Assim que eu tenho conhecimento assim de gente que atua do Norte ao Sul do Brasil são muitos. Seriam dezenas que eu teria que dizer aqui. Alguns eu tenho de cabeça, outros talvez fosse melhor se desse por escrito todos eles, com área de atuação, onde é que eles atuam, talvez seja melhor, porque são vários e têm atuado de maneira recorrente. Alguns que a gente tem trabalhado mais efetivamente. Agora, no que concerne aos estrangeiros, teria a dificuldade de talvez alguns deles no momento não estarem no Brasil, porque eles vêm, pilham e vão embora, levam o produto que eles querem, depois voltam novamente. Poderia tentar verificar se alguns deles se encontram no Brasil.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Então, a solicitação que eu faço à senhora é que tente verificar se alguns desses estão no Brasil e nos forneça o nome até para a gente chamá-los para ouvi-los. E, no caso dos nomes desses que recorrentemente tenham atuado, que nos forneça o nome, então, dentro de um prazo bastante curto para que nós possamos também trabalhar com essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - Esclarecemos aqui ao Dr. Rosinha que ele deverá encaminhar um requerimento fazendo essa solicitação dos nomes, a não ser que a Dra. Kilma apresente esses nomes no momento em que nós tirarmos em caráter reservado.



O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Ela alegou que não tem os nomes agora, Sr. Presidente, que ela teria que verificar depois, porque não tem todos eles na memória. Então, faremos o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - Inclusive se ela puder também disponibilizar os depoimentos que faça isso depois. Então, justifica exatamente a elaboração e o encaminhamento do requerimento, Dr. Rosinha, até para que ela apresente esses nomes. A não ser que ela já tenha esses nomes e apresente, como eu disse, no momento que esta Comissão tirar de caráter reservado o seu depoimento.

Não tem mais nenhum Deputado inscrito. Queremos passar ainda a palavra para Dr. Kilma fazer suas considerações finais.

A SRA. KILMA RAIMUNDO MANSO - Bom, gente, eu gostaria de agradecer a oportunidade. Espero ter contribuído e espero poder contribuir bem mais. De certo modo, eu vim bem recente agora para Brasília, eu não estou com muito dos meus materiais, eu os deixei na Bahia, onde eu estava chefiando lá a unidade. Mas aí vou... na próxima semana, estarei lá. Vou trazer todo o material que eu disponho. De modo que eu me coloco à pronta disposição para que os senhores quiserem. A gente faz com o maior prazer. Acho que o intento da nossa luta é tentar mudar esse quadro, esse quadro tão drástico que hoje em dia a gente verifica. Então, de um certo modo, a gente tem buscado lutar assim muito por ideologia, mas, de certo modo, como falei, é um tanto desestimulante isso que a gente tem feito, porque sempre, sempre, tem terminado... todo trabalho termina infelizmente em muito pouco resultado, porque a legislação é muito branda. As penas hoje em dia praticadas são muito brandas. Então, eu acho que no que a gente puder contribuir, no que puder fazer para tentar alterar esse panorama e efetivamente a gente tentar mudar, alterar um pouco essa realidade que se vislumbra, essa triste realidade que se vislumbra do meio ambiente no Brasil, a gente está à plena disposição. Não só falo em meu nome, falo em nome da Polícia Federal, a gente tem a plena disposição de ajudar, de contribuir para que realmente tenha sucesso esta CPI. A gente consiga realmente dados consistentes para que realmente se argumente e consiga fazer alguma mudança efetiva no caráter punitivo da legislação. Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - Muito obrigado pela colaboração, a exposição da Dra. Kilma. Ela é chefe da Estação Ecológica do Raso



da Catarina, do Estado da Bahia. Ex-chefe, né? É verdade, inclusive ela acabou de falar aí da sua exoneração. Convidamos para permanecer no recinto, até o momento que nós tiraremos de maneira reservada para discutirmos as questões levantadas em sua exposição em caráter sigiloso.

Agora, nós concedemos a palavra à Dra. Sylvia Lucas. É isso? Bom, em conformidade com o art. 210, que diz: *“As testemunhas serão inquiridas cada uma de per si, de modo que umas não saibam nem ouçam os depoimentos das outras, devendo o juiz adverti-las das penas cominadas de falso testemunho”*. Então, nós convidamos, obedecendo ao art. 210, o Sr. Rogério Bertani, que vai até a Secretaria da Comissão, enquanto nós ouvimos aqui a exposição da Sra. Sylvia Lucas, pesquisadora do Instituto Butantan de São Paulo. Só um instantinho, por favor. E, em conformidade com o art. 210 do Código Penal, advirto as testemunhas das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descritas no Código Penal: Art. 342: *“Fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha. Pena: reclusão de 1 a 3 anos e multa”*. Solicito à Sra. Sylvia Marlene Lucas que preste o juramento em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal.

A SRA. SYLVIA LUCAS - Prometo dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - Com a palavra agora, finalmente, à Sra. Sylvia Marlene Lucas, por até 20 minutos, caso queira fazer uso dela antes de responder às perguntas dos Deputados.

A SRA. SYLVIA LUCAS - Bem, eu queria me apresentar. Eu trabalho há 44 anos no Instituto Butantan. Eu fui Diretora da Divisão de Biologia e do Serviço de Aranhas e Escorpiões, onde eu continuo trabalhando até hoje. Durante minha vida, eu enfrentei várias situações. O Butantan, por exemplo, não tinha licença de funcionamento junto ao IBAMA. E, quando fomos convidados a participar dos resgates faunísticos, na década de 70 a 80, fui eu que fiz, então, todos os trâmites legais para que o Butantan atendesse às leis. E, com isso, o Butantan recebeu licença de funcionamento como uma entidade científica. Como vocês sabem, o Butantan recebe, isso já foi instituído desde o tempo do Vital Brasil, fundador do Instituto, o Butantan recebe as aranhas, as cobras e os escorpiões, e eles são enviados pela população toda. E esses animais, então, são selecionados e se destinam à produção de veneno e produção de soro. Então, o Butantan, mediante o



seu serviço, ele salva vidas, e não são poucas. Até hoje nós temos conhecimento de um grande número de acidentes de ofídios no Brasil. E, mesmo que não sejam tão graves, os acidentes com aranhas e escorpiões podem levar à morte, principalmente de crianças pequenas. Lógico que durante uma vida de trabalho a gente tem sido contatado por pessoas. Existe uma grande população que vem procurar informações sobre os animais, e entre esses também na certa deve haver os traficantes. Então, eu me lembro de uns anos atrás, não lembro mais exatamente a época, e como eu estava pensando em me aposentar, eu joguei fora toda essa parte assim de tráfico e denúncias que nós fizemos. Mas eu me lembro de um rapaz que veio ao Butantan, ele se apresentou com um diploma de biólogo, que depois eu fiquei sabendo que era forjado. E ele se mostrava muito interessado e trouxe algumas aranhas exóticas. E a segunda vez que ele veio eu comecei a ficar desconfiada e tirei minhas informações dele. E ele, então, o que fez? Existe um grande biotério de aranhas em nossa seção. E ele visitou, então, o biotério junto comigo, e ele na calada, no intervalo do almoço, ele copiou as procedências dos animais. Naquela época, nós éramos ingênuos e colocávamos as aranhas e de onde elas vinham ou de onde nós as tínhamos capturado. Aí ele copiou essas procedências e depois foi atrás dos locais de captura, porque naturalmente esses traficantes gostam de ver animais bonitos, animais coloridos. E a grande maioria das aranhas não são assim, pelo menos as brasileiras não são vistosas. As chamadas caranguejeiras, que são as de maior interesse desse pessoal, são aranhas totalmente inofensivas e têm grande porte. E, na época, então, nós movemos, o Rogério, meu colega do Butantan, que foi meu aluno, foi formado por mim e hoje em dia é Doutor em Ciências, e nós trabalhamos há muitos anos juntos, nós conseguimos prender esse fulano através da Polícia Federal por denúncia. Aí ele foi preso, e depois de um tempo nós não pudemos acompanhar tudo que aconteceu, não é? Mas aí ele foi solto. Eu não me lembro se foi dessa vez ou de outra vez que ele veio, ele envolveu a nós e a uma colega nossa, e ele foi preso em Manaus. Depois de um tempo, nós recebemos uma caixa, contendo aranhas mortas, que ele havia mandado para Alemanha, e tinha posto como remetente uma colega nossa. Então, o Rogério, na época, fotografou tudo isso. As aranhas naturalmente estavam em péssimo estado, não tinham mais nada. E aí nós levamos essa denúncia, o Rogério mandou para a Polícia, e lá nós fomos dar nosso depoimento. E nessa época também, o Senador Roberto Campos fez



uma declaração, ele escreveu no *Estado de S.Paulo* ou na *Folha*, não me lembro mais direito, defendendo esse traficante. Eu sei que nós ficamos muito frustrados, porque, além de a gente ter denunciado essa pessoa, ela foi defendida. Ele escreveu no jornal que essa pessoa era um ilustre pesquisador. E que, na verdade, nós estávamos com inveja, porque nós não tínhamos a mesma competência desses estrangeiros e nós estávamos querendo, assim, garantir que a nossa pesquisa não saísse, entende? Era uma coisa desse tipo assim. Eu sou reconhecida internacionalmente, tenho quase 100 trabalhos publicados, freqüento congressos internacionais. E, depois dessa situação, eu fiquei muito com o pé atrás e tentei evitar qualquer contato com esses... Porque existe na Europa uma espécie de clube, associação, com revistas. E, como o frio é intenso, então, muitas pessoas se dedicam à criação de aranhas. São *hobbies*. Então, eles trocam entre si, eles fazem feiras, eles têm revistas, magazines, tanto na França como na Suíça e na Alemanha. Uma aranha, por exemplo, para vocês terem uma idéia, põe mil ovos ou até mais. Se a pessoa se dedica, ela consegue criar todos eles. É um *hobby*. Entre eles, naturalmente, existem também aqueles que não têm isso como *hobby*, são os traficantes. Então, é uma situação muito difícil. E aí, em vista disso, eu achei assim que o melhor que eu poderia fazer é me distanciar de todos esses leigos. Então, hoje em dia eu só tenho contato mesmo com pessoas que, comprovadamente, são pesquisadores como eu. Nós trocamos informações. Se nós quisermos, por exemplo, descrições de aranhas, geralmente a primeira descrição, que é o chamado tipo, ela geralmente está em museus estrangeiros, porque foram pegas em 1700, 1800. Então, esses cientistas vinham para cá, capturavam os animais, descreviam, faziam as novas espécies e depositavam em museus estrangeiros. Então, hoje em dia, se a gente quiser ver uma aranha brasileira e comparar se essa espécie é, de fato, essa espécie ou esse gênero, nós necessitamos pedir licença aos museus. Alguns mandam e nos emprestam, outros não. Eles não são obrigados. Então, a nossa fauna descrita há 200 anos está legalmente depositada em museus estrangeiros. É um fato. Legalmente. Eles vinham, eles capturavam, e essas coleções, muitas vezes, eram vendidas. Para terminar, e não ficar isso tão longo, o que nós temos feito, Rogério e eu - já não tenho mais tanto contato com Rogério -, a gente tem tentado evitar esse contato com pessoas que não sejam devidamente... não que a gente é elite, mas que a gente seja protegida e que a gente



não entre em uma situação como a que ocorreu. Então, é isso, mais ou menos, o que eu posso expor aqui. Se houver qualquer dúvida, qualquer coisa... Realmente, eu acho ótimo que... Como ouvi da Kilma, não existem leis muito severas. Então, os traficantes vêm. Eu soube que aquele traficante que nós conseguimos prender voltou 5 vezes. Eu li na Internet. E ele ri na cara da gente. E ele fala isso na Suíça. Ele é suíço e ele fala mesmo que vem quantas vezes ele quer. Então, se vocês estabelecerem, realmente, uma Comissão e que haja uma punição mais severa, o que eu puder fazer, eu estou às ordens. É lógico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - Muito obrigado, Dra. Sylvia.

Nós, agora, passaremos às perguntas do Relator, o Deputado Sarney Filho: *“Dra. Sylvia, há quanto tempo V.Sa. trabalha no Instituto Butantan? Que tipo de atividade profissional desenvolve em seu trabalho no Instituto? Paralelamente ao Butantan, V.Sa. desenvolve ou já desenvolveu outras atividades profissionais?”*.

A SRA. SYLVIA LUCAS - Só isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - Nós vamos fazer de uma por uma.

A SRA. SYLVIA LUCAS - Eu trabalho há 44 anos no Butantan, eu entrei menina; depois de 5 anos, meu chefe se aposentou e eu fui nomeada chefe do laboratório. Na época, todos nós éramos biólogos, com função gratificada F-4, ganhávamos uma miséria, e a nossa obrigação principal era tirar o veneno das aranhas e dos escorpiões. Não havia tanto interesse pela pesquisa. Nossa obrigação principal, nosso dever era providenciar os venenos para que se pudesse fazer o soro. Naturalmente, havia também, O Dr. Wolfgang tinha legado — trabalhei com ele 5 anos —, havia coleções científicas, ele tinha herdado essas coleções e ele ampliou de grande maneira. Eu me formei pela Universidade de São Paulo em História Natural e me especializei em invertebrados. Quando fui conduzindo à chefia da sessão, eu tentei inculcar caráter mais científico à mesma. Hoje em dia, nós temos grandes coleções. O Butantan sempre foi um organismo carente de verbas. As únicas épocas em que nós podíamos sair para fazer grandes coletas eram associadas a projetos diferentes do Butantan. Várias vezes, eu fui participar de resgates faunísticos. Trabalhei em Itaipu, trabalhei em todas as hidrelétricas de São Paulo, trabalhei em Itaparica, trabalhei em Balbina, trabalhei em Rondônia, em todos



esses lugares. Lá, nós trabalhávamos resgatando, teoricamente, os animais, que eram levados ao Butantan e eram identificados por nós. Essa era a minha principal tarefa: identificar e dizer quais eram os peçonhentos e quais não. Isso originou inúmeros trabalhos. As coleções foram muito ampliadas. Em 1978, 1980, houve o início da carreira de pesquisador científico; eu fui diretora designada, submeti-me a provas e a questionários e fui diretora de divisão, designada pela comissão, em tempo integral. Há mais de 15 anos, sou pesquisadora nível 6, último nível da carreira. Hoje em dia, já não participo mais de todas as atividades, mas estou dentro de um projeto grande chamado Biota, que estuda biodiversidade do Estado de São Paulo. Dentro desse projeto, eu sou uma das pesquisadoras principais, isso devido ao meu currículo; tenho uma verba anual para viagens e idas a congressos, tanto que fui, ano passado, ao Congresso Internacional de Aracnólogos, na Bélgica, no qual tive contato com todos os pesquisadores, os antigos, da minha geração e os mais novos, novos contatos surgiram. Hoje em dia, é o Antônio que conduz esse projeto. O meu trabalho dentro do projeto é identificar as aranhas caranguejeiras, as migalomorfas. Eu formei o Rogério e estou formando outros agora. Somos os únicos especialistas no País. É um trabalho difícil, de identificação difícil. A minha contribuição, então, é identificar esses animais, inscrever as novas espécies e publicar trabalhos científicos nessa área.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - Solicito à Dra. Sylvia que fale mais perto do microfone, por favor.

A SRA. SYLVIA LUCAS - Pois não. Falo. Atualmente, dedico-me a escrever meus trabalhos científicos. Eu tenho, pela FAPESP — Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, os meus estagiários, os meus bolsistas; o último, agora, acabou de sair. Ele ingressou no mestrado, na Universidade Rural do Rio de Janeiro. Como eu disse, o Rogério e o Pedro Ismael da Silva Júnior também foram meus estagiários, bolsistas; os 2 são funcionários e meus colegas do Butantan. O meu trabalho é esse. Enquanto eu puder trabalhar, eu vou formando pessoas e vou orientando elas para ingressarem na carreira de pesquisa ou no Butantan, ou em outro lugar em que houver oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - Deixa eu fazer a segunda pergunta: *“Dra. Sylvia, pelo que V.Sa. entende, deveria ser ajustado no âmbito das políticas públicas e da legislação do País para um melhor controle da biopirataria, da*



exploração e comércio ilegal de madeira e do tráfico de animais silvestres no Brasil, especificamente, no que se refere à atuação dos cientistas nacionais e estrangeiros?”.

A SRA. SYLVIA LUCAS - Eu acredito que hoje em dia todos os cientistas sérios se submetem à legislação do IBAMA. Nós precisamos pedir as nossas licenças. Então, isso está muito bem controlado. Acredito que os cientistas têm colaborado, o IBAMA também tem melhorado a sua atuação, e nós temos um contato bastante íntimo. Agora, o problema maior são os traficantes, que são muito mais espertos do que qualquer cientista, têm muito mais dinheiro e sabem como fazer. O que a Kilma relatou, realmente, se liga a, por exemplo, quanto vale uma aranha? Se um passarinho vale 1 real, quanto vale uma aranha? Ainda mais que as aranhas e as cobras são mortas por nós mesmos, leigos. O que as pessoas fazem quando vêem uma aranha? A primeira idéia é matar, não é verdade? O que vale a vida de uma aranha? Só nós, doidos, para trabalhar e gostar de aranha (*risos*), ou de escorpião, ou de cobra. As pessoas me perguntam, elas vêem, lá atrás, aquelas aranhas maravilhosas e dizem assim: “Não traga mais. Deixe no seu sítio. Elas são úteis, elas são da cadeia.” Eles pensam que eu sou maluca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - Outra: *“Dra. Sylvia, quais V.Sa. entende deveriam ser as regras básicas para atuação dos cientistas estrangeiros, que, de alguma forma, efetuam pesquisas em território nacional, ou são destinatários de material contendo elementos do patrimônio genético brasileiro? V.Sa considera que o controle governamental deveria ser mais rígido?”.*

A SRA. SYLVIA LUCAS - Eu não tenho muita experiência nessa área. Mas eu acredito que o cientista estrangeiro que se preze, que seja, realmente, um pesquisador, ele se submete, em geral... Lá no Butantan, os contatos que eu tive, geralmente, eles querem colaborar conosco. Eles trabalham intimamente com a gente, e não têm mais essa idéia de carregar as riquezas brasileiras. Agora, pode ser que haja o mau pesquisador. Geralmente, quando a gente vai a um congresso, vemos que todos os pesquisadores são pobres. Então, quando a gente vai a um congresso, é um tal de filar comida, quando havia uma oportunidade. Mas eu via que não era só a gente. Eram todos. Todos eles não têm carros de luxo, não têm grandes verbas. Têm as verbas da pesquisa, que também são limitadas. Agora, existem órgãos como o IBAMA, a própria Polícia Federal... Um dia desses eu fui



chamada pela minha chefe, ela pediu para que eu fosse junto. A Polícia Federal havia apreendido uma caixa de aranhas que um fulano tinha mandado pelo Correio. Aí chamaram o rapazinho lá. Eram duas caixas. Uma continha aranhas, e as aranhas estavam vivas ainda, e outra caixa continha uns besouros maravilhosos. Aí veio o rapaz, e foi chamado, e apareceu lá. “Ah, mas o que você queria?”. “Ah, eu ia mandar para identificação, para o Japão.” “Mas você não sabe que é proibido?”. “Não, eu não sabia que era proibido.” Lógico que ele sabia. Mas a pessoa põe aquela ingenuidade. E ele foi solto. E nós carregamos os animais lá para o Butantan. As aranhas estavam vivas. Os besouros nós doamos para o Museu de Zoologia. Eram besouros belíssimos, todos identificados. E não havia essa dúvida de identificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - Outra: *“V.Sa. tem notícias acerca de pessoas físicas ou jurídicas, incluindo ONGs de fachada, sobre as quais parem suspeitas relacionadas à biopirataria e ao tráfico de animais silvestres no Brasil e que deveriam ser investigadas por esta CPI?”*.

A SRA. SYLVIA LUCAS - Uma das pessoas vocês já estão investigando. Acho que a Polícia prendeu foi o Baumgarten. Esse eu me lembro bem, porque eu participei. Agora, outros, não. O que eu tenho feito é levado aos leigos, mostrado... porque, por exemplo, minha empregada, ela comprou um papagaio e intermediou a compra de centenas de papagaios. Aí eu tentei explicar para ela. O meu trabalho é esse, de levar aos leigos e mostrar. Então, aparecem no jornal as fotos dos animais mortos, e eu explico para todo mundo. E lá no Butantan, a mesma coisa. Então, quando a pessoa vem e traz a aranha, e não é usada por nós, eu tento que ela não repita. Não é que ela está fazendo tráfico, mas que ela dê vida a esse animal, que ela deixe ele solto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - Quinta questão: *“V.Sa. conhece o Sr. Dietmar Pinz, que foi preso no final de 2004 com aranhas no Aeroporto Internacional de Brasília?”*.

A SRA. SYLVIA LUCAS - Sim. O Dietmar eu conheci. Ele veio ao Butantan há mais de 10 anos. Seguramente, ele é uma pessoa... Não acredito que ele seja um biopirata. Eu li no jornal que ele foi preso com 5 aranhas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - Há quantos anos a senhora o conhece?



A SRA. SYLVIA LUCAS - Eu conheci ele, me parece, em 1991 ou 1994. Não tenho mais certeza. Veio ele e a esposa. Veio ele sozinho, depois a esposa veio. E ele é um daqueles fanáticos. Ele cria aranhas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - E a senhora sabe dizer que tipo de atividade ele desempenha no Brasil?

A SRA. SYLVIA LUCAS - Não. Eu acredito que ele... Eu sei, que ele me contou que era uma pessoa... Ele trabalha na construção civil na Alemanha. Ele não é pesquisador. E aí, como eu disse ao senhor, eu tentei me desligar, porque a quantidade hoje em dia e tudo é muito grande que vem, porque, como eu sou especialista nessa identificação, muitas pessoas me mandam. "Tenho uma aranha aqui", manda foto, "eu quero saber o que é isso". Então, eu não quero mais contato com esse pessoal leigo, não por ser altiva, mas para me preservar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - E quantas vezes V.Sa. encontrou-se pessoalmente com ele?

A SRA. SYLVIA LUCAS - Eu acredito que ele veio duas vezes ao Butantan. Eu jurei que não vou mentir, mas eu também não lembro exatamente. Mas seguramente, há mais de 10 anos eu não o vejo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - E que tipo de relação profissional V.Sa. manteve com ele ou mantém?

A SRA. SYLVIA LUCAS - Ele era uma pessoa entendida em aranhas. Ele me trouxe algumas aranhas exóticas e ele sabia identificar as aranhas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - E que tipo de apoio V.Sa. oferece a ele nas suas estadas aqui no nosso País?

A SRA. SYLVIA LUCAS - Ele, inclusive, morou na minha casa. A primeira vez, quando ele veio, ele morou na minha casa. É uma pessoa muito simples e uma pessoa fanática. Como se troca selos, ele troca... entende? Mas depois eu perdi o contato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - V.Sa. alguma vez já recebeu animais exóticos do Sr. Pinz?

A SRA. SYLVIA LUCAS - Sim, a gente tem uma coleção. Hoje em dia, eu não sou curadora da coleção, mas se o senhor quiser, eu verifico, porque ele trouxe bichos. E eu nunca tinha visto, umas aranhas maravilhosas. E ele deu de presente



para nós, e estão na coleção. Algumas ele trouxe vivas, algumas morreram, apodreceram, não foi possível pôr na coleção, outras estão na coleção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - V.Sa. já efetuou contatos pessoais, telefônicos ou por meio de correio eletrônico com outros pesquisadores brasileiros de modo a facilitar as atividades do Sr. Pinz no País?

A SRA. SYLVIA LUCAS - Não. Quer dizer, as pessoas, de vez em quando, elas chegam e dizem assim: "Eu sou muito amigo da Dr. Sylvia", mas eu nunca pus uma carta, nunca pedi para que... porque eu não posso responder por pessoas que não conheço também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - V.Sa. já coletou material científico para o Sr. Pinz, ou juntamente com ele, ou já lhe enviou tal material?

A SRA. SYLVIA LUCAS - Não. Há muitos anos eu não faço mais coleta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - V.Sa. sabe para quem o Sr. Pinz trabalha ou que empresa pode ser beneficiada com os estudos por ele desenvolvidos?

A SRA. SYLVIA LUCAS - O que eu sei é que ele trabalha para uma firma de construção civil. Não sei também se ele ainda continua nessa firma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - V.Sa. conhece outros pesquisadores estrangeiros envolvidos com suposta prática de biopirataria, tais como o Sr...

A SRA. SYLVIA LUCAS - Baumgarten, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - Baumgarten e Carsten Hermann Richard Roloff?

A SRA. SYLVIA LUCAS - O Carsten foi uma pessoa que me ligou. Ele me ligou no ano passado e disse que viria me visitar no Butantan. Como eu fui para a Bélgica, aí eu tirei informações dele. E aí me disseram para eu largar a mão, que ele é um traficante, que ele é uma pessoa que... Aí ele voltou a ligar. Eu me lembro bem, porque isso foi naquela ocasião de 7 de setembro, e ele me telefonou à noite e disse assim: "Então, Dra. Sylvia, eu estou indo amanhã, eu estou indo encontrar a senhora". Eu disse: "Não, Carsten. Você não é bem-vindo". Eu sei que ele ficou assim... "Como? Mas eu combinei tudo." Eu disse: "Não, você não combinou nada. E a sua reputação é muito ruim. E você não se atreva a vir ao Butantan". "Mas eu já combinei tudo, eu ainda quero ir ao Rio, eu quero falar com a Dra. Ana". E a Dra.



Ana já é falecida. Ela era do Museu Nacional. Eu disse: “Carsten, você tá ficando maluco. Você procura pessoas que nem existem mais. E você não use o meu nome”. Depois eu soube que ele foi preso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - Quem são eles, e que tipo de relação profissional V.Sa. mantém ou manteve com eles?

A SRA. SYLVIA LUCAS - Quem? O Carsten?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - Isso.

A SRA. SYLVIA LUCAS - O Baumgarten eu não sei que atividade que tem. Ele, de vez em quando... me falaram que ele comercializa esses animais em feiras. Em feiras desses criadores. Agora, o Carsten, ele é um fulano que mexe com pirâmide, com coisas assim. Ele me falou especificamente que ele estava atrás de uma certa aranha, que é a tal de *Acanthoscurria atrox*, que eu não sei se isso é ligado a medicamentos. Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - V.Sa. já doou algum espécime de fauna silvestre brasileira ou material do patrimônio genético nacional ao Sr. Pinz ou a outro pesquisador estrangeiro?

A SRA. SYLVIA LUCAS - Não. Com os pesquisadores, nós fazemos permuta. E sempre as permutas são feitas com a aquiescência da Diretoria. Do que eu me lembro, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - V.Sa., nas suas pesquisas, segue as normas nacionais que regulam o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado?

A SRA. SYLVIA LUCAS - Sim, sem dúvida, senão eu não seria pesquisadora do Butantan.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - Sétima questão: V.Sa., como co-autora no trabalho Scorpion Toxins from... Eu não tenho domínio de inglês.

A SRA. SYLVIA LUCAS - Não, não faz mal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - Publicado... a senhora sabe, né? Publicado em 2001 juntamente com outros 5 pesquisadores estrangeiros. Como se trata de um trabalho versando sobre bioquímica de veneno de escorpiões coletados na Ilha de Marajó, qual foi a exata participação de V.Sa. na pesquisa que resultou em tal publicação? Tal pesquisa seguiu as normas brasileiras para o controle do acesso ao patrimônio genético nacional?



A SRA. SYLVIA LUCAS - Veja, quando esses escorpiões foram coletados... Possani, o principal investigador desse trabalho, é um brasileiro radicado no México. E nós temos um acordo de cerca de mais de 15 anos. Então, eu identifico os animais, e ele, com a aquiescência da diretoria — nós tínhamos uma autorização —, estudava os nossos venenos visando à melhoria dos nossos soros. Então, no momento, ele estava estudando o *tityus cambridgei*, mas nós estudamos o veneno do *tityus serrulatus*, que é um escorpião mais comum em São Paulo, do *tityus bahiensis*. E aí então... ele também estudou o *tityus stigmurus*, vários *tityus*, são todos os peçonhentos. E aí então ele chegou à conclusão que o nosso soro protegia bem contra as picadas de todas essas espécies do Nordeste e do Sul, do Sudeste e que nós não precisaríamos fazer um soro específico para o Nordeste. Quando eu trabalhei em Tucuruí e, depois, um tempo, não na Ilha de Marajó, mas eu tinha conhecidos, nós capturamos uma grande quantidade de escorpiões *tityus cambridgei*. Isso foi mais ou menos em 1984. E ele, com a licença da diretoria, levou esse veneno — que nem fui eu propriamente que mandei, ainda naquela época a chefe era a Vera —, e esse veneno foi estudado. E, como ele é uma pessoa muito atarefada, ele estudou esses venenos agora há pouco, porque os venenos são secos, liofilizados e se mantêm. E aí ele me telefonou, ele estaria muito interessado em dar continuidade ao seu trabalho. E eu estou iniciando a licença junto ao IBAMA, porque realmente hoje em dia as coisas mudaram, não é, não é apenas uma licença da diretoria. E ele me disse que esse veneno em primórdios, nas primeiras pesquisas, mostrou-se muito diferente do veneno dos nossos escorpiões do Sudeste e que nós deveríamos estar trabalhando num soro específico, cobrindo os escorpiões da Região Amazônica. Agora eu sei que também o... Ainda hoje eu recebi *e-mail* dele, de manhã, quando fui ao Butantan. Agora, eu sei que o Butantan tem interesse em fazer um campus avançado em Santarém. Então, eu acho que isso vai... vai para... não vai mais ser o Dr. Possani, mas vão ser pesquisadores do Instituto Butantan que vão trabalhar com esses venenos da Região Norte. Mesmo assim, eu estou iniciando os trâmites para legalizar a nossa pesquisa. Mas eu acredito assim que, se nós tivermos o campus avançado, não há necessidade, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - Na minha falta de domínio do inglês, é o trabalho *Scorpion Tityus*, não é isso?



A SRA. SYLVIA LUCAS - É, são todos os...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - Dos pesquisadores mexicanos: César Batista e outros...

A SRA. SYLVIA LUCAS - Não, ele não é mexicano, o César Batista é brasileiro, nascido aqui em Brasília, formado na Universidade de Brasília, e o Possani, também, é brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - Publicado em 2004, revela agradecimentos expressos dos autores à sua pessoa pela ajuda na coleta de veneno de escorpião. Qual foi a exata participação de V.Sa. na pesquisa que resultou em tal publicação?

A SRA. SYLVIA LUCAS - Esse... qual o trabalho? (*Pausa.*) Então, esses venenos, o Possani tinha recebido, eu acredito, há mais de 20 anos, o *Tityus cambridgei* especificamente. E ele ficou assim... ele estudou agora e está divulgando, fazendo uma série de trabalhos, em nem todos eles eu sou co-autora, porque ele é assim grato porque eu que identifiquei. E agora ele me mandou uma série de escorpiões do Peru para eu identificar porque ele tem muita confiança na minha identificação. Então, o agradecimento sempre a mim pelo fato de ele estar trabalhando com uma espécie seguramente... porque os escorpiões são muito parecidos, e se ele trabalhar e depois misturar os venenos, perdeu o trabalho, né? Então, ele me pergunta sempre como especialista de escorpiões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - Na seqüência, o Deputado Sarney Filho pergunta: *“Tal pesquisa seguiu as normas brasileiras para o controle do acesso ao patrimônio genético nacional? Como e quando o veneno foi enviado ao exterior?”*.

A SRA. SYLVIA LUCAS - Então, esse veneno foi enviado ao exterior, mais ou menos, na época de 80, 84, quando nós estávamos fazendo os trabalhos na Região Amazônica. E, naquela época, não havia... porque essa legislação é nova. Então não havia... Havia a necessidade de a gente fazer um projeto, ele tinha a aprovação do Instituto Butantan, da comissão de pesquisas, existe uma comissão de pesquisas no Instituto, ele foi aprovado e concedido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - E já no trabalho? A senhora verifique qual trabalho aí para gente dar seqüência à pergunta, que está em inglês...



A SRA. SYLVIA LUCAS - Todos esses trabalhos se referem a uma única espécie, que é a espécie amazônica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - E a pergunta é: *“Dos pesquisadores Anna Rosa Murgia e outros, também publicado em 2004, os nomes de V.Sa. ou do Instituto Butantan sequer são citados. V.Sa. teve alguma participação na pesquisa que gerou tal publicação?”*

A SRA. SYLVIA LUCAS - Ah, desculpa. É outro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - Isso, por isso pedi para senhora olhar.

A SRA. SYLVIA LUCAS - Esse trabalho eu desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - A senhora pode citar esse trabalho, o que está escrito aí?

A SRA. SYLVIA LUCAS - Eu não conheço essa pesquisadora. O primeiro trabalho, eu sei quem é, o Possani. Agora, esse eu não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - Bom, se não conhece, com certeza, a pergunta fica prejudicada, mas vou lê-la: *“Se V.Sa. teve alguma participação na pesquisa que gerou tal publicação. Tal pesquisa seguiu as normas brasileiras para controle do acesso ao patrimônio genético nacional? Foi enviado veneno para o exterior, como e quando?”*.

A SRA. SYLVIA LUCAS - É, eu não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - Se a senhora não tem conhecimento do trabalho, portanto, então, não há resposta. Vamos aguardar aqui para realizarmos aqui as perguntas do Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, que é o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. Ele faz duas perguntas à Dra. Sylvia.

A SRA. SYLVIA LUCAS - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - A primeira é: *“Técnicos brasileiros do Butantan estão ensinando profissionais da África e da América Latina e ministrando atualmente cursos para técnicos de 9 países. Como é feita essa transferência de tecnologia? O que o Brasil recebe como contrapartida? Para se operacionalizar esse treinamento, existe alguma transferência de espécimes animais para outros países?”*.



A SRA. SYLVIA LUCAS - Infelizmente eu não tenho conhecimento dessa pesquisa, desse ensinamento de técnicas. Eu desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - Então, vamos à segunda questão: *“O Instituto Butantan desenvolveu um analgésico a partir do veneno da cobra 600 vezes mais forte que a morfina. A pesquisa que resultou na sintetização desse princípio ativo é totalmente nacional ou foi compartilhada com técnicos de outros países? Existe alguma projeção da futura receita comercial desse fármaco? Quem patenteou esse fármaco?”*.

A SRA. SYLVIA LUCAS - Eu também... eu li, eu tomei conhecimento, mas eu não sei. São pesquisadores de outra área. Mas, por falar em patentes, nós temos uma patente que até hoje não saiu, desse pesquisador, Dr. Possani e eu, envolvendo os 2 institutos, o Butantan e a Universidade do México, sobre a patente de veneno escorpiônico. Mas essa patente foi uma coisa tão difícil de... os trâmites, e havia custos grandes, e ela parou. Agora, essa outra patente desse analgésico é o pessoal da Bioquímica que está... não é nem da Bioquímica, é da Fisiologia, que está desenvolvendo. Mas eu acredito que tenha seguido todos os trâmites, porque o Butantan é um instituto oficial e ele não tem interesse nenhum de não apoiar a legislação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - Algum Deputado está interessado em alguma pergunta ou intervenção? Como não há nenhum Deputado inscrito, agradecemos a participação e a exposição da Dra. Sylvia.

A SRA. SYLVIA LUCAS - Agradeço e lamento que não os tenha informado totalmente do que precisariam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - A Dra. Sylvia Marlene Lucas é pesquisadora do Instituto Butantan, de São Paulo. Muito obrigado, Dra. Sylvia. Agora aguardaremos a chegada do Dr. Rogério, quando estaremos procedendo também às perguntas e ouvindo a exposição do Dr. Rogério. Convido o Sr. Rogério Bertani a tomar assento à Mesa. Solicito ao Sr. Rogério Bertani que preste o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal.

O SR. ROGÉRIO BERTANI - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - Em conformidade com o art. 210, Dr. Rogério, do Código de Processo Penal, advirto a testemunha das penas



cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal: Fazer afirmação falsa, é o art. 342, ou negar ou calar a verdade como testemunha. A pena: reclusão de 1 a 3 anos e multa. Com a palavra o Dr. Rogério Bertani, que dispõe de 20 minutos, caso queira fazer uso dela antes de responder as perguntas dos Deputados.

O SR. ROGÉRIO BERTANI - Queria falar rapidamente. Eu estou no Instituto Butantan desde 1989 como estagiário do Instituto Butantan, primeiro da parte de serpentes, depois passei para a área de artrópodes. Fui estagiário da Sílvia Lucas, que estava aqui agora há pouco prestando testemunho. Desde pequeno tenho contato com animais, sempre gostei de animais e muito interesse, a partir dos 12, 13 anos de idade, por animais peçonhentos. Então, sempre tive contato com o Instituto Butantan, desde pequeno, procurava constantemente o instituto para conseguir informações sobre biologia dos animais. Fiz o curso de Biologia e acabei, então, entrando no Instituto Butantan para trabalhar com esses animais, que era uma coisa que eu queria muito. Bom, uma coisa que eu senti que mudou da época que eu era criança, que as crianças saíam atrás de animais, às vezes, para manter em casa, sapos, pequenas cobras, lagartos, até aranhas e escorpiões, foi que isso foi se organizando com o tempo. Principalmente nos países europeus e na América do Norte, foram se criando vários grupos de pessoas interessadas na criação desses animais como *pet*, principalmente nos países como Alemanha, França, Inglaterra, Holanda, Suíça, que é um lugar por onde entram muitos desses animais, até outros países como a Dinamarca e Noruega, e, na América do Norte, os Estados Unidos e o Canadá. Bom, eu tive contato, logo no começo do meu estágio, com uma situação muito inusitada, porque era mais ou menos freqüente a presença de estrangeiros no instituto atrás de informações sobre animais. Uma dessas pessoas, esse foi um caso que teve repercussão na mídia, foi o primeiro caso, acredito, de prisão de um traficante de aranhas no Brasil que teve repercussão, ou talvez tenha sido até o primeiro caso de prisão de um traficante desses, ocorreu em 97, porque já alguns anos antes um cidadão de nome Marc Baumgarten, alemão, vinha ao Brasil, esteve no Instituto Butantan atrás de informações sobre esses animais. E como voltou em outros anos e começou a fazer vários contatos com pessoas que nós conhecíamos, pessoas de zoológico, de universidade, etc., e algumas dessas pessoas diziam que ele estava levando uma quantidade grande de animais para o exterior, achamos por



bem denunciá-lo. Então, convenci a Dra. Lucas, que estava aqui agora há pouco, a que nós o denunciássemos para o IBAMA. Ele foi preso em março de 1997, no aeroporto de Galeão, com 112 aranhas caranguejeiras, e o delegado que fez a prisão foi o Dr. Jorge Pontes, foi uma das primeiras prisões que teve repercussão. Só que muito me frustrou porque 15 dias após ele ter sido preso em flagrante, com 112 animais da nossa fauna, em uma época que ainda a lei de crimes ambientais, que as penas são mais leves, não estava em vigor, as penas daquela época eram mais pesadas, ele foi posto em liberdade. Ao mesmo tempo, enquanto ele estava preso, ele mandou uma caixa para o exterior, para a Alemanha, com vários desses animais, colocados dentro dessa caixa, e, como ficou preso, essa caixa voltou para o remetente. Ele colocou o nome de uma pessoa que ele conheceu como estagiária no Instituto Butantan, usou o endereço dela como remetente dessa caixa, e ela voltou, apareceu na casa dela e ela ficou muito assustada porque ele havia sido preso. Então, ela não sabia o que fazia, levou ao Instituto Butantan. Eu peguei essa caixa, abri, ela estava cheia de animais mortos, tinham 42 aranhas mortas. Então, nós fizemos a identificação desse material, relacionamos com distribuição geográfica onde ocorriam as espécies, fotografei todo esse material e enviei para o Dr. Jorge Pontes. Essa pessoa voltou alguns anos depois ao Brasil, já havia sido denunciado várias vezes. Eu estava sabendo que ele ia voltar para o Brasil através de contatos no exterior. Denunciei novamente. Ele acabou sendo preso em Curitiba, pagou 50 reais de fiança, foi colocado em liberdade e voltou para a Alemanha outra vez. Aí, no final, ele acabou sendo preso pela 3ª vez em Presidente Figueiredo, perto da Hidrelétrica de Balbina, alguns anos atrás, acho que foi em 2003, foi preso em agosto de 2003. E eu tomei conhecimento, sem querer, assistindo à televisão. Dessa vez, ele foi condenado, teve que pagar uma multa e ficou alguns meses preso. Então, acabei tomando contato com esse mundo, porque fica até difícil de separar, porque sou um dos poucos especialistas do mundo nessas aranhas, em aranhas caranguejeiras. Existem realmente no Brasil pouquíssimos especialistas, no mundo inteiro pouquíssimos especialistas. Às vezes vem material até de outros países para identificar, pessoas de outros países como Colômbia, Venezuela, pedindo para identificar material, porque lá também eles têm um problema enorme com tráfico de animais. Até da Espanha já foram pegos animais em contrabando e foi solicitado a mim que identificasse o material, porque também não existem



especialistas. Então, de uma certa forma, isso funciona... No Brasil, você não tem muitas pessoas que gostam de criar esses animais, mas no exterior existem. Só que se você criar esses animais no exterior para vender, você não tem lucros grandes, porque você vai vender uma aranha, um filhote de aranha por 2, 3 dólares ou euros, dependendo da espécie. Então, espécie que já estão há muito tempo estabelecidas criações no exterior não têm um valor muito grande. Agora, espécies novas sempre chamam a atenção. O que nós temos visto, nos últimos anos, é que algumas dessas pessoas, como era o caso desse Baumgarten, vinham ao Brasil atrás do quê? De espécies novas, de espécies desconhecidas. O que ele chegou a levar em 1997 para o exterior era uma espécie que eu tinha coletado em 1994, uma espécie nova, foi descrita recentemente, totalmente desconhecida, do interior do Maranhão, que ele obteve a localidade entrando, sem autorização, numa sala no Instituto Butantan. Depois ele foi até o local, capturou esses animais e mandou para a Europa. E é interessante que quando a gente pega pessoas como Marc Baumgarten e vê as datas por onde ele passou, quando ele passou no Brasil, e a entrada dessas espécies novas no exterior, elas coincidem. O animal, para vocês terem uma idéia, que em 1994 era desconhecido hoje em dia você pode encontrá-lo até em Singapura, você encontra à venda no Japão, é só fazer uma busca na Internet que você vai encontrar o animal em muitos países no mundo à venda. É mais fácil conseguir um exemplar na Europa do que conseguir no Brasil, porque você tem que ir lá para o interior do Maranhão ou do Piauí, para conseguir encontrar essa espécie que só vive ali. Então, a dinâmica do tráfico de invertebrados é essa, quer dizer, esse povo está sempre procurando animais novos, animais bonitos, que chamem a atenção e dos quais eles tenham o monopólio, porque eles podem pedir o quanto eles quiserem por um filhote daquela espécie, porque é uma espécie que ninguém tem. É assim que essas pessoas ganham muito dinheiro. Agora, o problema que vejo quanto à biopirataria é que uma vez que esses animais estão sendo criados no exterior, deles pode ser extraído tudo, pode ser extraído veneno, pode ser extraído hemolinfa, pode ser extraída uma série de moléculas que podem ser utilizadas em medicamentos. Então, se há 10 anos falasse uma coisa dessas, as pessoas diziam que eu estava ficando louco, porque não era assim, que tudo isso era muito difícil. Porém, a realidade hoje em dia é outra. Um colega meu, do Instituto Butantan mesmo, ele já conseguiu isolar do sangue das aranhas, da hemolinfa das aranhas,



de uma aranha caranguejeira que vive em São Paulo, uma molécula que tem efeito antibiótico, ela pode agir contra fungo, contra bactérias, então, ela tem sim um valor para a indústria farmacêutica. O problema maior é que essa indústria farmacêutica, no exterior, pode produzir um medicamento e ela não precisa dizer de onde veio esse medicamento, ela pode dizer que fez aquilo por acaso, pode dizer que sintetizou aquela molécula por acaso, construiu artificialmente. Então, vejo que o maior problema não é nem tanto, como posso dizer, o estrago que está sendo feito na própria natureza, porque talvez não sejam nem tantos exemplares que tenham saído do Brasil assim, mas sim que esses exemplares estão indo para o exterior e estão disponíveis para indústrias farmacêuticas no exterior. Acho que era isso que gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - Obrigado pelas palavras iniciais. O Dr. Rogério Bertani é pesquisador do Instituto Butantan, São Paulo. Agora, precederemos às perguntas do Relator, o Deputado Sarney Filho: Dr. Rogério, há quanto tempo V.Sa. trabalha no Instituto Butantan? Que tipo de atividade profissional desenvolve lá? Paralelamente ao Butantan, V.Sa. desenvolve ou já desenvolveu outras atividades profissionais?

O SR. ROGÉRIO BERTANI - Estou no Instituto Butantan desde 1989, como disse, 5 anos como estagiário e, a partir de 1994, como pesquisador. Já fui bancário, do Banco do Brasil, durante 15 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - O que V.Sa., Dr. Rogério, entende deveria ser ajustado no âmbito das políticas públicas e da legislação no País para um melhor controle da biopirataria no Brasil, especificamente quanto à atuação dos cientistas nacionais e estrangeiros?

O SR. ROGÉRIO BERTANI - De uma forma geral, eu acredito que o Brasil tenha que fazer convênios com países do exterior, principalmente esses países da Europa e dos Estados Unidos, porque se eles criticam tanto o Brasil por destruir florestas, por... por que nós não podemos, então, solicitar desses países que combatam o tráfico das espécies que vêm daqui? Porque isso é feito em feiras, em lojas, quer dizer, deve haver uma forma de países do Primeiro Mundo combaterem esse tráfico. Então, se eles falam tanto do problema de destruição de florestas, por que não solicitar que eles também façam a sua parte e contribuam com o combate ao tráfico de animais, combatendo o comércio desses animais por essas pessoas,



por esses clubes de criadores, por lojas, etc. Quanto aos cientistas, eu acho que o cientista é uma pessoa que não gosta de se envolver muito nas coisas, ele prefere ficar no canto dele, fazendo a pesquisa dele. E às vezes acho que deveria haver um pouco mais da presença dos cientistas nesses aspectos. As próprias instituições deveriam ser chamadas a participar mais, para terem políticas internas dentro das próprias instituições, como existem comitês de ética, como existem comissões diversas nas instituições, deveria haver também uma forma de controle das atividades dos pesquisadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - Dr. Rogério, quais V.Sa. entende deveriam ser as regras para a atuação dos cientistas estrangeiros que efetuam pesquisas no Brasil ou são destinatários de material contendo elementos do patrimônio genético brasileiro? V.Sa. considera que o controle governamental deveria ser mais rígido?

O SR. ROGÉRIO BERTANI - O controle governamental tem sido feito através do CGEM. Acho que ele tem sido até rígido um pouco demais, porque nós não estamos conseguindo trabalhar. Essa é uma coisa que eu ouço com bastante freqüência entre os pesquisadores. Se formos seguir a regra que existe atualmente, não conseguiríamos trabalhar e, se não conseguirmos trabalhar, como que vamos depois poder dividir isso com as entidades que têm direito a isso, como por exemplo comunidades indígenas, comunidades de conservação, etc., de onde provém esse material que foi estudado e de onde veio o lucro? Mas eu acho que existem regras. Pesquisadores estrangeiros não podem entrar desacompanhados, por exemplo, de pesquisador brasileiro. Então, eu acho que as regras estão boas. Agora, eu acho que é mais a nível institucional mesmo que deveriam ser tomadas medidas de mais controle.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - V.Sa. tem notícias acerca de pessoas físicas ou jurídicas, incluindo ONGs de fachada, sobre as quais parem suspeitas relacionadas à biopirataria e ao tráfico de animais silvestres no Brasil e que deveriam ser investigadas pela CPI?

O SR. ROGÉRIO BERTANI - Eu sei nome de estrangeiros que vêm ao Brasil com uma certa freqüência atrás de, principalmente, de aranhas, que é com o que eu trabalho. O próprio Marc Baumgartem, que é alemão, Hans Reichsteiner, se não me engano, é um suíço que nunca ninguém viu, mas eu sei que ele é responsável pelo



tráfico de muitos animais. Existem alguns franceses. Tem o Hevè Simôens. Isso eu posso até fazer por escrito, se for melhor. A maior parte desses nomes a gente obtém porque, lendo os trabalhos científicos, eles gostam de colocar no trabalho que tal animal foi coletado por ele na hora de descrição de uma espécie nova. Então, a gente fica sabendo que a pessoa esteve no Brasil, coletou o animal e, pior, depositou o exemplar sobre o qual as descrições são feitas, quando a espécie é nova, a descrição é feita sobre aquele exemplar. Eles depositam esses exemplares nas coleções do exterior. Quer dizer, se um outro brasileiro precisar consultar esse material, ele tem que ou se dirigir ao país dele ou então pedir emprestado. Então, através disso é que eu sei que pessoas, principalmente estrangeiros, vêm ao Brasil coletam e levam esse material para o exterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - V.Sa. conhece o Sr. Dietmar Pinz, que foi preso no final de 2004 com aranhas no Aeroporto Internacional de Brasília?

O SR. ROGÉRIO BERTANI - Isso é, Dietmar Pinz, não é? Sim, conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - Como o senhor conhece, há quantos anos e de onde o senhor o conhece? Quantas vezes encontrou-o pessoalmente?

O SR. ROGÉRIO BERTANI - Eu o conheço desde 1992. Eu o conheço do Instituto Butantan. Ele ia com uma certa freqüência porque ele era muito amigo da minha ex-chefe, minha ex-orientadora Sylvia Lucas. Eu lembro de tê-lo encontrado, pelo menos, 3 vezes. Foi em 1992, 1994 e 1996. Em duas dessas ocasiões, em 1992 e 1994, eu estava fazendo viagens de coleta para o Instituto, e a Sra. Sylvia Lucas me solicitou que ele fosse junto comigo. Então, eu viajei primeiramente em 1992. Foi para os Estados de Espírito Santo e sul da Bahia. Em 1994, nós fomos para o Piauí e para o interior do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - Sabe dizer que tipo de atividade ele desempenha no Brasil? Sabe quantas vezes ele já esteve no País? Ele costuma capturar animais silvestres? V.Sa. sabe o destino desses animais? Sabe se ele os comercializa?

O SR. ROGÉRIO BERTANI - Eu sei que a atividade dele na Alemanha, ele é serralheiro. Agora, no Brasil ele vinha somente para capturar aranhas. Ele é um "hobbysta" lá. Ele tem os animais por *hobby*. Ele vinha ao Brasil aproximadamente



de 2 em 2 anos. Ficava viajando há aproximadamente 1 mês, porque eles compram aqueles pacotes de avião que se pode ter 5 lugares diferentes, e ele então capturava as aranhas. Eu estive com ele em duas dessas viagens. Nós coletamos algumas aranhas e depois esse material todo era deixado no Instituto Butantan. Eu não sei se ele comercializa as aranhas lá na Europa. Agora, o que acontece é que ele tinha animais muito raros com ele. Animais brasileiros mais desconhecidos. E como a pessoa não adianta ter uma pedra preciosa e não mostrar, um colar de pérolas e não mostrar. Ele mostrava isso para outros alemães. Eu acredito que isso tenha incentivado bastante a vinda desses outros, de outras pessoas, desses traficantes, conforme Marc Baumgarten, para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - Ele costuma freqüentar o Instituto Butantan?

O SR. ROGÉRIO BERTANI - Freqüentava com freqüência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - O que ele faz lá?

O SR. ROGÉRIO BERTANI - Ele ficava cuidando das aranhas. Ele se hospedava, na verdade, na casa da Sylvia Lucas. Ela levava ele durante o período em que ele estava lá. Ele ia lá, alimentava, olhava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - V.Sa. sabe onde ele costuma se hospedar em São Paulo? Respondeu já. Sabe de outras cidades ou regiões brasileiras que ele freqüenta?

O SR. ROGÉRIO BERTANI - Olha, em 1992 ele esteve... acho que foi... não sei se foi em 1992 que ele esteve na Chapada dos Guimarães. Porque como ele não falava português nem inglês. Então, era muito complicado comunicar, era por gesto, mímica. Então, às vezes, a Sylvia pedia para as pessoas em alguns lugares que ela tinha conhecimento para recebê-lo. Ele chegou a ir para a Chapada dos Guimarães. Inclusive ficou com um amigo meu lá, um biólogo lá de Cuiabá. Aí ele voltou dessa viagem, e nós fomos para o Espírito Santo, ficamos na casa de um descendente de alemães, ele se chama Níquel, Matias Níquel, na cidade Domingos Martins, no Espírito Santo. Ele recebeu a gente. Nós ficamos na casa dele por alguns dias. Depois nós fomos para o sul da Bahia, em Ilhéus, e voltamos. Isso tudo foi de ônibus. Em 1994 eu fui até o Piauí. Eu fui de ônibus, ele foi de avião, nós nos encontramos lá. Andamos Piauí, Parnaíba, depois até São Raimundo Nonato e entramos no interior do Maranhão, em São Domingos do Maranhão. E depois eu



voltei para São Paulo, de São Luís, e ele dali foi para Manaus, Belém e Manaus. Em outra ocasião, em 1996, ele foi sozinho para o Acre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - E nessa última viagem que ele fez, o senhor sabe se ele se encontrou com a Sra. Sylvia?

O SR. ROGÉRIO BERTANI - Em 1996, sim, porque, como ele estava no Instituto, nessa época, não estava mais me agradando muito a presença dele. Nós nos desentendemos um pouco na viagem em 1994. E em 1996 eu simplesmente não queria mais falar com ele. Mas mesmo assim era a minha aula de qualificação na USP, de mestrado, eu lembro disso porque ele participou, ele esteve presente na minha aula de qualificação. Então, ele ainda veio, sim, ao instituto em 1996.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - V.Sa. sabe de algum caso de pesquisador do Instituto Butantan que mantenha relações profissionais com o Sr. Pinz ou dê apoio às atividades do pesquisador no País? Em caso positivo, favor especificar, principalmente no que se refere à pesquisadora Sylvia Lucas.

O SR. ROGÉRIO BERTANI - É, eu conheço que quem dava apoio a ele era ela realmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - V.Sa. sabe com quem o Sr. Pinz trabalha ou que empresa pode ser beneficiada com os estudos por ele desenvolvidos?

O SR. ROGÉRIO BERTANI - Pelo que eu saiba, ele nunca publicou um único artigo científico. Ele não publicava artigos. Ele simplesmente criava os animais como animais de estimação. É o que eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - V.Sa. conhece outros pesquisadores estrangeiros envolvidos com a suposta prática de biopirataria tais como o Sr. Marc, que o senhor citou? Em caso afirmativo, quem são eles e que tipo de relação profissional V.Sa. mantém ou manteve com eles?

O SR. ROGÉRIO BERTANI - Como eu disse, tem essas pessoas. Alguns franceses Hevè Simôens, mas eu nunca o vi pessoalmente. Isso eu posso fazer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - Marc, Carsten...

O SR. ROGÉRIO BERTANI - Marc Baumgartem, Hans Reichsteiner...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - O Roloff. É Carsten Hermann Richard Roloff.

O SR. ROGÉRIO BERTANI - É... Esse eu... Não conheço essa pessoa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - É bom o senhor conferir aí, pela minha limitação. *(Pausa.)*

O SR. ROGÉRIO BERTANI - Não, esse Roloff, só pela imprensa que eu fiquei sabendo disso. Não o conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - V.Sa. tem idéia porque o seu nome e o do pesquisador Pedro Ismael da Silva Júnior estavam marcados com um xis em papel impresso encontrado com o Sr. Carsten Roloff por ocasião de sua prisão em flagrante portando ovos de aranha no Aeroporto Internacional de Brasília em 26 de setembro de 2004?

O SR. ROGÉRIO BERTANI - Mas esse papel era que papel?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - Aqui fala que estava marcado com um xis em papel impresso encontrado com o Sr. Carsten Roloff por ocasião de sua prisão em flagrante.

O SR. ROGÉRIO BERTANI - Papel impresso. Eu não sei, nós temos... publicamos, nós temos várias publicações. Às vezes as pessoas pedem trabalhos para a gente, e a gente envia trabalhos. Não sei que tipo de impresso é esse. Tem que saber qual impresso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - Vamos em frente. V.Sa. já doou alguma espécime da fauna silvestre brasileira ou material do patrimônio genético nacional ao Sr. Pinz ou a outro pesquisador estrangeiro?

O SR. ROGÉRIO BERTANI - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - V.Sa., nas suas pesquisas, segue as normas nacionais que regulam acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado?

O SR. ROGÉRIO BERTANI - É... Essas normas, como eu disse, são tão complicadas que até num recente seminário que teve no Instituto Butantan, debatendo o problema do acesso, das licenças, coleta, etc. eu disse lá: se for pegar os pesquisadores brasileiros que seguem todas as normas, 99% não seguem. Agora, eu não trabalho diretamente com a parte de desenvolvimento de remédios ou bioquímica. Quanto à coleta de animais, que é o que eu faço, para trabalhos de taxionomia, isso eu sigo rigorosamente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - V.Sa. tem conhecimento do envio irregular de material para o exterior por algum pesquisador do Butantan? Em caso afirmativo, explicitar.

O SR. ROGÉRIO BERTANI - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - V.Sa. sabe se os venenos utilizados em trabalhos científicos da Dra. Sylvia Lucas e outros pesquisadores recém-publicados foram coletados e enviados ao exterior antes ou após o advento da atual legislação de controle de acesso ao patrimônio genético, Convenção da Adversidade Biológica, MP 2.186/01?

O SR. ROGÉRIO BERTANI - É. Sylvia, ela tinha um trabalho, um projeto com um professor brasileiro que estava trabalhando no México, chama Lourival Possani. Lembro que ela tinha um projeto. Inclusive teve uma patente de uma molécula dessa, de um escorpião. E sei que ela enviava material para ele, veneno para ele. Agora não posso precisar se isso foi antes ou depois da MP 2.126. Isso não posso precisar a data, mas ela enviava material para ele pelo projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - O senhor sabe qual foi a participação da Sra. Sylvia Marlene Lucas no trabalho? Ele está aí sublinhado. E qual a relação da Sra. Sylvia com a Sra. Anna Rosa Murgiaa? Solicito que o senhor cite o trabalho.

O SR. ROGÉRIO BERTANI - Não, não conheço essa Anna Rosa, não. Agora esse trabalho... Se não me engano, é um trabalho que foi recentemente publicado, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Qual é o trabalho, Dr. Rogério?

O SR. ROGÉRIO BERTANI - Esse primeiro, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - É. Pode ler.

O SR. ROGÉRIO BERTANI - *"Amino acid sequence and function of a new a-toxin from the amazonian scorpion tityus cambridgei."* Eu não sei qual a relação com essa pessoa, não. Eu não conheço essa pessoa Anna Rosa, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - O senhor sabe em quanto tempo foram feitas as pesquisas de campo relacionadas aos artigos? E os artigos são esses aí.



O SR. ROGÉRIO BERTANI - *(Pausa.)* Olha, eu não tenho idéia de quando foi. Há muito tempo atrás, eu lembro que ela começou a trabalhar com uma pessoa de Ribeirão Preto com as toxinas desse escorpião, mas depois ela parou. Era um veneno que vinha do Amapá. Agora o que eu sei é que ela tinha um contato com esse pesquisador mexicano e que ela deve ter fornecido o veneno para ele, porque eles tinham um trabalho em conjunto. Agora eu não sei quando. Isso somente ela que poderia dizer quando que foram enviados esses venenos. Certamente deveria haver algum documento encaminhando o veneno para pessoa, não é, se isso é um projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - V.Sa. sabe se a Dra. Sylvia teve contato com o Sr. Dietmar Pinz depois de 1996? Se sabe, em que ocasião?

O SR. ROGÉRIO BERTANI - Não, não sei se ela teve mais contato com ele, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - Dr. Rogério, durante quanto anos é possível estocar venenos liofilizados sem perda das características bioquímicas?

O SR. ROGÉRIO BERTANI - Durante muito tempo, talvez uns 10, 20 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - Nós agora procederemos às perguntas do Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame: *“Dr. Rogério, 40% dos medicamentos utilizados no planeta são sintetizados a partir de espécies vegetais e animais e é sabido que o Brasil possui 10% de toda a diversidade mundial. Segundo afirmou à revista Veja Garo Batmanian, da WWF-Brasil, somente a Sharman, da Califórnia, já catalogou 7 mil plantas da Amazônia e patenteou 2 medicamentos, entre eles um antiviral com aplicações em doenças pulmonares e herpes, destinado a um mercado de 20 milhões de consumidores. Ele ainda denunciou que essa indústria corta custos em pesquisas se utilizando de conhecimento dos pajés indígenas. O senhor tem informação sobre outros princípios ativos que já foram patenteados por empresas estrangeiras sem que o País recebesse royalty ou alguma outra forma de contrapartida científica ou econômica? Como o Butantan faz o acompanhamento das pesquisas sob sua responsabilidade?”*.



Segunda pergunta: *“Os jornalistas Alexandre Mansur e Klester Cavalcanti afirmaram em reportagem Xenofobia na Selva, publicada pela revista Veja, que as autoridades brasileiras e parte dos ambientalistas padecem de paranóia quando o assunto tratado é biopirataria. Esses articulistas defendem a tese de que esse comportamento está prejudicando o País, principalmente quando o assunto é a ampliação das pesquisas sobre a nossa biodiversidade e o financiamento das mesmas por instituições nacionais estrangeiras. O senhor também comunga dessa tese de que o segmento representativo do pensamento brasileiro padece de ‘bioparanóia’?”*

Terceira questão: *“O Dr. Adalberto Luiz Val, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisa as Amazônia — INPA, desabafou em recente reportagem publicada pela revista Globo Rural (outubro de 2004, edição 228) que ‘cooperação sem dinheiro é colonização’ e que ‘atualmente o viés da pesquisa está atendendo muito mais aos interesses dos parceiros estrangeiros do que do nosso País’. Também a índiana Vandana Shiva, especialista em bioética e uma das mais respeitadas conservacionistas do mundo, classifica a pilhagem da natureza e conhecimento tradicional como a ‘segunda chegada de Colombo na América’. O senhor concorda que a pesquisa e o comércio dos produtos naturais e biotecnológicos derivados da biodiversidade brasileira, como praticados atualmente, são uma forma de neocolonialismo ou essas críticas são fruto de uma barreira cultural ou xenofóbica?”*

Essas 3 perguntas nós vamos entregar a V.Sa.. e o senhor vai responder por escrito para nós, por gentileza, no prazo de 7 dias, Dr. Rogério.

Esta Mesa vai suspender os trabalhos por 15 minutos, porque a Presidência da Mesa no plenário está convocando os Deputados neste momento, inclusive suspendendo todos os trabalhos de Comissão. Está suspensa por 15 minutos, e pedimos a gentileza de o Dr. Rogério e a Dra. Sylvia permaneçam ainda no recinto e nós continuaremos os trabalhos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Afonso) - Reiniciamos os trabalhos. Recomendo à Dra. Sylvia que encaminhe a esta CPI documento que comprove a emissão dos venenos que foram encaminhados para o exterior. Está bom, Dra. Sylvia? Está? É importante esse documento. Agradecemos a sua presença.



Agradecemos a presença ao Dr. Rogério. Agora nós passaremos à apreciação de requerimentos.

Item 1: Requerimento nº 52/05, do Sr. Hamilton Casara, que requer seja convocado o Sr. Leland Juvencio Barroso, analista ambiental da Gerência Executiva do IBAMA de Manaus, Amazonas.

Em discussão.

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Item 2: Requerimento nº 53/05, do Sr. Dr. Rosinha, que requer à Fundação Nacional do Índio, ao Ministério do Meio Ambiente, ao Ministério da Justiça, ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, ao Ministério das Relações Exteriores, ao Ministério da Defesa, ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e ao Ministério Público Federal cópia do inteiro teor dos procedimentos administrativos ou autos de investigação instaurados para apurar denúncias contra a ACT, relativas a supostas atividades de biopirataria desenvolvidas por aquela organização não governamental no Parque Indígenas do Xingu, assim como outros casos correlatos.

Em discussão.

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Item nº 3: Requerimento nº 54/05, do Sra. Perpétua Almeida, que requer a convocação dos senhores Leônidas Meireles de Queiroz, Eldo Meireles da Frota Nogueira e Antônio Nogueira de Farias e das senhoras Luzenira Meireles de Queiroz, Osvaldina Meireles de Souza e Maria Cleide Meireles de Queiroz Costa para prestarem esclarecimentos sobre fatos relacionados com o objeto de investigação desta CPI.

Em discussão.



Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Nós agradecemos a presença da expositora, Dra. Kilma, das testemunhas Dr. Rogério e Dra. Sylvia e dos senhores assessores e demais presentes.

Declaro encerrada a presente reunião.